

Área sectorial	Economia		
Designação do documento	Diagnóstico Sectorial		
Contacto da equipa	Rui Florentino, Álvaro Nascimento		
Data	20	04	2009

Álvaro Nascimento anascimento@porto.ucp.pt

Rui Florentino rflorentino@fe.lisboa.ucp.pt

Colaboração:

Fernando Santos fasantos@porto.ucp.pt

ESTUDOS DE ECONOMIA DO PROT-AML

DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

Disclaimer

Os estudos técnicos de economia para a alteração ao PROT-AML são uma encomenda da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região de Lisboa e Vale do Tejo à Universidade Católica Portuguesa, que delegou a sua realização na Faculdade de Engenharia e no Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada da Faculdade de Economia e Gestão. O trabalho está a ser desenvolvido por uma equipa multidisciplinar, coordenada por Álvaro Nascimento e Rui Florentino. Os resultados apresentados assentam em informação disponibilizada e em dados do domínio público expressamente coligidos pelos autores para este estudo. As fontes de informação utilizadas são consideradas credíveis e estão devidamente identificadas. O conteúdo deste relatório é confidencial: o acesso e a sua divulgação são da exclusiva responsabilidade do seu promotor. As opiniões veiculadas neste documento são da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não vinculam nem a Universidade Católica Portuguesa nem o seu promotor.

20 de Abril de 2009

ÍNDICE

ESTUDOS DE ECONOMIA DO PROT-AML	2
Diagnóstico Preliminar	2
Disclaimer	2
ÍNDICE	3
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	5
INTRODUÇÃO	8
Modelo conceptual da AML	8
Organização do documento.....	9
QUADRO DE REFERÊNCIA	10
Âmbito Nacional.....	11
Plano Tecnológico (2005).....	12
Programa Portugal Logístico (2006).....	13
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2006)	14
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (2007).....	15
Plano Nacional de Reformas, Novo Ciclo 2008-2010 (2008)	16
Âmbito Regional	17
Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo (PERLOVT, 1998).....	17
Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (2002)..	18
Estratégia Regional Lisboa 2020 (2007)	20
Programa Operacional Regional 2007-2013 (2007)	21
Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal (2008)	21
ECONOMIA E COMPETITIVIDADE REGIONAL	22
Activos para a competitividade	22
Inovação	22
Capital Humano	28
Crescimento da população residente	29
Níveis de qualificação da mão de obra.....	30
Qualidade de vida.....	33
Competitividade de Lisboa no contexto Europeu	36

Conectividade	37
Infra-estruturas de transporte	38
Mobilidade dentro da AML.....	40
Actividade económica e integração da cadeia de valor	42
Rendimento e produtividade.....	42
Emprego e desemprego	43
Diversidade económica e cadeia de valor	45
Financiamento do investimento	53
Governança	54
Competências e quadro jurídico	54
Liderança.....	55
Participação e Capital Social	56
Estratégia Territorial	57
ANÁLISE SWOT	59
Tendências Internas	61
Pontos Fortes	61
Debilidades.....	61
Tendências Externas	62
Oportunidades	62
Ameaças.....	62
Síntese final	63
Vulnerabilidades	63
Potencialidades	63
Referências	64

SUMÁRIO EXECUTIVO

A primeira fase dos estudos técnicos de economia para a alteração do PROT-AML visa a elaboração de um diagnóstico prospectivo da economia da região, que seja capaz de olhar também para as perspectivas de desenvolvimento, segundo os cenários e as externalidades resultantes dos projectos em curso para a execução de grandes infra-estruturas de transporte. Neste sentido, os temas em análise incluem a população, a produtividade e o emprego, as assimetrias territoriais, a inovação e o apoio ao desenvolvimento, as tendências internacionais da economia e os possíveis impactes económicos e territoriais da futura “cidade aeroportuária”.

Com o objectivo de entender as dinâmicas territoriais em curso nas duas NUT III, desenvolveu-se uma metodologia de abordagem que parte da identificação dos activos para a competitividade na AML, admitindo que só por esta via é possível contribuir para o desenvolvimento sócio-económico da região. Assim, apoiados na informação estatística e na análise de documentos estratégicos, anteriormente publicados pelas autoridades locais, regionais e nacionais, procedemos a um estudo das dinâmicas territoriais, procurando um retrato detalhado da situação actual, o seu enquadramento com as tendências de longo prazo e a comparação internacional, no quadro de uma economia aberta e, em particular, da União Europeia. Deste exercício, procuraram retirar-se conclusões para o desenvolvimento da análise SWOT, para servir de apoio à alteração do Plano Regional de Ordenamento do Território e da elaboração de políticas estratégicas, com a finalidade de capitalizar ou potenciar os activos regionais para a competitividade.

Este documento tem três partes. A primeira detalha o enquadramento institucional, enformado por programas e políticas de âmbito nacional e regional. A segunda faz um retrato sócio-económico, agregando os activos para a competitividade em seis grandes grupos, que vão desde a capacidade de inovação, passando pela diversidade de actividades económicas, a integração da cadeia de valor e a qualificação do capital humano, até aos elementos da qualidade de vida e conectividade. Todos eles são essenciais à

definição da competitividade regional e interessam, em particular, porque permitem identificar as forças e as fraquezas, as oportunidades e as ameaças da vantagem comparativa regional (a nível nacional e internacional). Finalmente, o documento encerra com a síntese da análise SWOT, com destaque para as tendências, reflectindo a evolução e a estabilidade.

No que respeita ao quadro de referência de base, os vários programas recentemente executados congregam políticas de intervenção no território, com vista a dois grandes objectivos: por um lado, o desenvolvimento da sociedade do conhecimento, com reflexos positivos esperados na dinâmica das indústrias de alta tecnologia e da ciência e no emprego qualificado; e, por outro lado, no desenvolvimento de uma rede de transportes e plataformas logísticas que permite colocar Portugal num lugar de destaque como porta de entrada do Atlântico na Europa. Os sucessivos programas e medidas apresentados revelam consistência nesta matéria e os resultados parecem começar a apontar nesse sentido.

A dinâmica da economia regional, resultado das intervenções das autoridades de gestão competentes e da iniciativa privada, foi analisada sob seis vectores distintos, tendo-se detectado que nos anos mais recentes se tem assistido a um investimento assinalável em I&D na AML, a níveis de qualificação crescentes da mão de obra – nomeadamente, nos domínios da ciência e da tecnologia. Progressivamente, o sector terciário vai ocupando o lugar do sector secundário, em termos de emprego e de capacidade de criação de valor. Entretanto, as dinâmicas regionais são diversificadas e denota-se uma diferença acentuada entre as sub-regiões da Grande Lisboa e da Península de Setúbal. Em particular, a dependência económica do sector industrial é ainda muito relevante em alguns dos concelhos da Margem Sul. Aliás, a concentração da produção num reduzido número de unidades é uma vulnerabilidade e fragiliza a região, expondo-a às ameaças colocadas por uma economia mundial em fase de forte desaceleração.

Em termos de interacção espacial, os dados sugerem que se desenvolvem centralidades secundárias na AML, à medida que a rede e as infra-estruturas de transportes se implementam. Concelhos mais afastados do

centro apresentam interessantes dinâmicas recentes em termos de crescimento populacional e níveis de emprego, com reflexos também nos preços no imobiliário – utilizados como *proxy* para a atractividade urbana. Acresce que é nestas novas centralidades onde se registam populações mais jovens e, em muitos casos, multi-culturais, transformando a região de Lisboa num espaço crescentemente mais cosmopolita à escala interna e externa.

Em síntese, os resultados mostram uma tendência regional de modernização e reforço da competitividade nos domínios de I&D e da sociedade do conhecimento. Contudo, eles devem ser potenciados e a região ainda apresenta algumas fragilidades, apesar de existir um potencial endógeno que sugere, no futuro, a possibilidade de desenvolvimento de uma cidade-região, estendida no território e com espaços contíguos de especialização. Acresce, finalmente, a capacidade latente de Lisboa alargar a sua área de influência bem para além das fronteiras administrativas actuais, tendência fortemente apoiada pelo desenvolvimento recente das redes de transportes e dos grandes projectos estruturantes, cuja localização no território terá impactos sobre a reorganização e a ocupação do solo.

Parece que a persistência nas actuais políticas em torno dos vectores do “conhecimento e da tecnologia” e dos “transportes e da logística” poderá resultar num reforço da competitividade da região à escala internacional e a sua correcta integração com as restantes regiões portuguesas permitir-lhe-á constituir um factor de coesão nacional, na medida em que é capaz de produzir efeitos positivos sobre os activos essenciais à competitividade do país e da região.

INTRODUÇÃO

O objectivo do diagnóstico estratégico é situar a Área Metropolitana de Lisboa num quadro de competitividade regional, procurando identificar os factores que constituem as suas forças e fraquezas e que condicionam a dinâmica sócio-económica e o seu desenvolvimento.

Modelo conceptual da AML

Metodologicamente, o documento parte da conceptualização de uma cidade-região, em termos latos, como uma unidade territorial dotada de um conjunto de activos, cuja interacção produz resultados que, por sua vez, determinam a sua competitividade regional. O modelo assenta numa proposta de Deas e Giordano (2002), que sistematiza as forças e fraquezas regionais. Esta modelização permite facilmente acomodar uma análise SWOT alargada num sentido mais qualitativo – como, por exemplo a utilização de MSQA (multi-sectoral qualitative analysis)¹ – com grandes potencialidades para averiguar as oportunidades de desenvolvimento estratégico regional, como referiremos adiante, bem como a avaliação do mérito relativo de políticas económicas e sociais com impactos diferenciados sobre a cadeia de valor e a competitividade.

Partimos da perspectiva que a competitividade é o resultado de um conjunto de características endógenas, ou activos, que permite o sucesso económico da região, proporcionando um aumento da actividade produtiva, do emprego e dos padrões de vida das populações residentes. Em síntese, activos competitivos produzem resultados competitivos.

Os activos para a competitividade são agrupados em quatro grandes grupos: económicos, ambientais, sociais e políticos. Naturalmente, são estes que produzem resultados competitivos que, por sua vez, se reflectem na dinâmica das cidades. É fácil, também, compreender que os resultados dependem das estruturas de governo adoptados, ao mesmo tempo que

¹ Roberts e Stimson (1998).

produzem *feedback* sobre os activos. É usual assistir-se a ciclos virtuosos em que os resultados competitivos completam e capitalizam os activos competitivos, numa lógica de crescimento auto-sustentado.

Apesar da separação entre activos e resultados competitivos ser artificial e de difícil aplicação prática, esta conceptualização é um importante instrumento de análise da dinâmica territorial, permitindo visualizar e descrever uma complexa teia de relações inter-regionais.

Ilustração 1 – Factores de competitividade das cidades



Fonte: Adaptado de Deas and Giordano (2002: 194)

Organização do documento

O diagnóstico apresentado desenvolve-se em três vectores principais, recorrendo a documentos de diagnóstico e política económica e à utilização de fontes de informação primárias para actualizar os trabalhos já realizados e obter uma nova visão sobre o problema: na primeira parte é feita uma referência sumária dos documentos de base; na segunda, procede-se a uma análise dos activos regionais, na tentativa de sistematizar as principais forças e fraquezas, oportunidades e ameaças, sem perder de vista as tendências que lhes subjazem; a terceira e última parte debruça-se sobre o mérito relativo de estratégias de desenvolvimento regional, perspectivando um contributo para os decisores públicos.

QUADRO DE REFERÊNCIA

As diversas políticas de âmbito nacional e regional constituem constrangimentos importantes ao desenvolvimento e à definição de uma estratégia política para o reforço da competitividade regional. Neste sentido, conhecer as principais linhas de força que enquadram a dinâmica da Área Metropolitana de Lisboa – AML – e condicionam a forma como os activos regionais se inter-relacionam é de fulcral importância para compreender as oportunidades e ameaças futuras, bem como analisar as forças e fraquezas actuais e o seu contributo para a dinâmica da região.

Este capítulo começa com uma síntese dos documentos de enquadramento de âmbito nacional e evolui, na segunda parte, para os documentos que detalham as políticas, primordialmente, de responsabilidade e alcance regional.

Em síntese, as várias políticas e planos de âmbito nacional e regional aprovados apontam no sentido do desenvolvimento da sociedade do conhecimento e inovação no sector de alta tecnologia, como factor estruturante para a competitividade internacional, o crescimento e o emprego. Paralelamente, as medidas propostas são enformadas por princípios de sustentabilidade económica, numa sociedade estável e coesa com um Estado eficiente, garante do funcionamento dos mercados e da concorrência.

Vários projectos em torno da mobilidade e da acessibilidade estão, também, preconizados na acção do governo e das autoridades locais. A modernização da rede viária e ferroviária e o desenvolvimento de infra-estruturas para articulação dos modos de transporte fluvial, ferroviário e aéreo são eleitos como instrumentos fundamentais à prossecução da competitividade.

A criação de um quadro favorável à iniciativa privada e ao desenvolvimento de redes de PME nas áreas da inovação e da tecnologia é a pedra de toque da diversidade económica, com efeitos que se crêem positivos nas várias centralidades da AML. Aliás, os projectos infra-estruturantes são implementados em função dos clusters de actividade distribuídos pela região,

com dinâmicas de especialização próprias, associadas a perfis sócio-económicos bem delimitados da população residente e à diversidade do tecido produtivo na cadeia de valor. Com a decisão recente de localização do aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete e o projecto da Alta Velocidade, foram criadas condições para se desenvolver na Margem Sul um eixo estratégico assente na logística e no cluster da indústria automóvel, com possíveis ramificações na margem Norte, para o que contribui a arquitectura da rede viária e ferroviária.

Âmbito Nacional

Na análise da dinâmica regional da Área Metropolitana de Lisboa, é imprescindível considerar o impacto das políticas económicas de âmbito nacional, já que a região concentra uma fatia significativa da população, da produção e do consumo nacional.

Quadro 1 – Indicadores económico sociais da AML vs. Portugal continental

		Continente		Lisboa	
		2007	%	2007	%
Área	km ²	88 967	100	2 935	3
População Residente	10 ³	10 126	100	2 808	28
Densidade Populacional	hab/km ²	114	–	957	–
PIB <i>per capita</i> ²	10 ³ €	15	95	21	37
Produtividade (VAB/Emprego) ²	10 ³ €	26	–	36	–
Índice de Poder de Compra <i>per capita</i> ¹	nº	100,5	–	137,3	–
Taxa de desemprego	%	–	8,1	–	8,9
Beneficiários do RSI na pop. residente	%	–	3,4	–	2,4
População Servida por ETAR ²	%	–	71	–	83
Taxa de Criminalidade ²	%	–	36,9	–	47,2

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Lisboa 2007.

Notas: ⁽¹⁾ 2005 ⁽²⁾ 2006.

De entre as políticas de alcance nacional, é importante referir um conjunto de planos que têm impacte particular na AML e que condicionam qualquer política

estratégica de desenvolvimento que se pretenda desenvolver para a região, conforme se apresenta no Quadro 2, seguinte:

Quadro 2 – Políticas de alcance nacional com impacto na AML

Ano	Programa
2005	Plano Tecnológico
2006	Programa Portugal Logístico
2006	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
2007	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
2008	Plano Nacional de Reformas, Novo Ciclo 2008-2010

Fonte: Dados recolhidos pelos autores

Em termos gerais, existe uma política de âmbito nacional da qual a região de Lisboa não pode ser destacada, sob pena de se esquecerem os impactos colaterais sobre o desenvolvimento e as tendências que a rodeiam.

Assim, com base nas políticas de alcance nacional, apresentam-se de seguida as principais referências de enquadramento para os estudos de economia, no contexto da alteração ao PROT-AML. Faremos uma abordagem cronológica de cada um dos programas, enumerando os seus objectivos e analisando os impactos estimados sobre a região.

Plano Tecnológico (2005)

O Plano Tecnológico constitui um dos instrumentos do PNACE,² formado para completar o quadro de governação da política económica do Governo, a par do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) e do Plano Nacional de Emprego (PNE). O Plano apresenta uma estratégia de crescimento económico baseada no Conhecimento, na Tecnologia e na Inovação e inclui várias metas quantificadas para o horizonte de 2010, a nível nacional. Foi perante estes objectivos nacionais, que a estratégia de desenvolvimento da região de Lisboa,

² Plano Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego.

conhecida por Lisboa 2020, formulou as suas próprias metas, como veremos adiante.

Quadro 3 – Metas do Plano Tecnológico para o horizonte de 2010

Conhecimento

Valores de referência para a qualificação em ciência da população com idades entre 25 e 34 anos:

– Número de Diplomados por 1000 hab.	12,0
– Número de Investigadores por 1000 hab.	5,3
– Número de Doutorados por 1000 hab.	9,3

Tecnologia

Esforço a realizar para alcançar metas mais arrojadas no domínio da tecnologia:

- Triplicar o investimento privado em I&D.
- Duplicar o investimento público em I&D, para 1% do PIB.
- Triplicar o número de patentes registadas.

Inovação

Metas para reforço da capacidade de inovação empresarial:

– I&D Empresarial em % do PIB	4,7%
– Emprego nas indústrias de media e tecnologia, em % do total	4,7%
– Exportações nos sectores de alta tecnologia, em % do total	11,4%

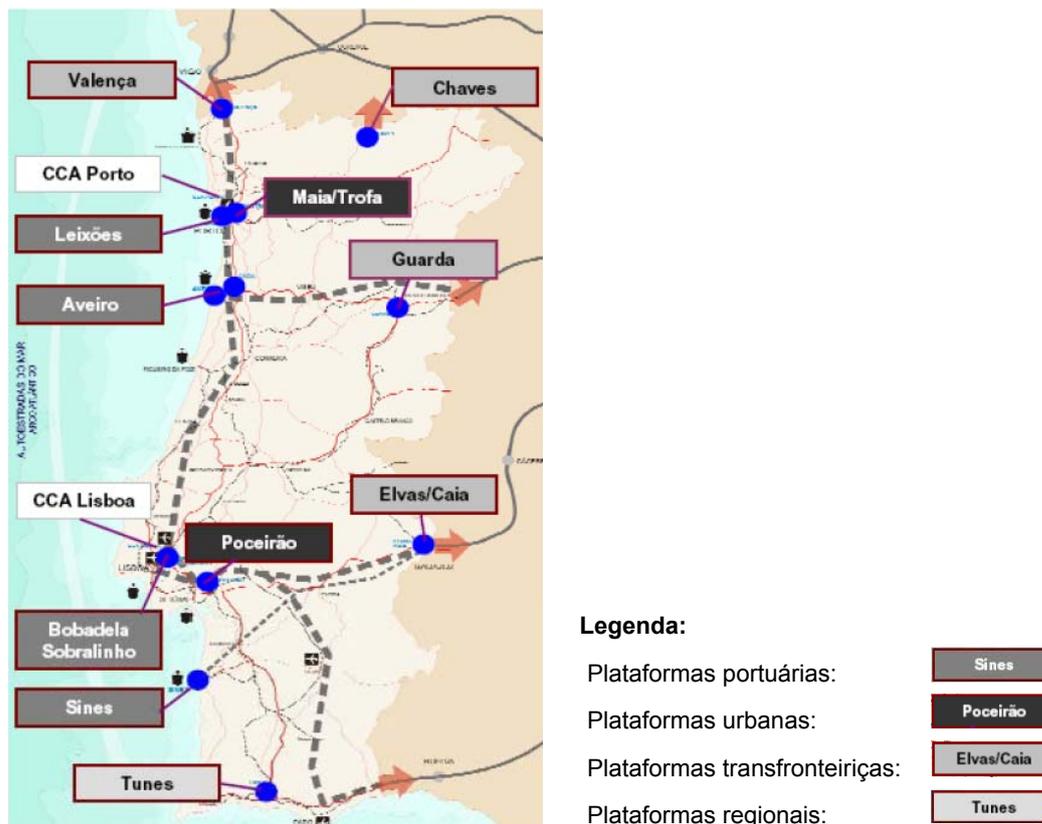
Fonte: Plano Tecnológico

Programa Portugal Logístico (2006)

No sector da logística, o programa do Governo estabeleceu uma rede de 11 plataformas, completadas com 2 Centros de Carga Aérea (CCA's de Lisboa e Porto), com um lema muito atractivo: “Nós somos o centro do Atlântico e não a periferia da Europa”. Esta rede de plataformas logísticas está subdividida em 4 grupos (urbanas – nacionais, portuárias, transfronteiriças e regionais), como se representa na ilustração 2, cuja articulação é a peça chave para o reforço da competitividade, ao mesmo tempo que contribui para a coesão nacional. Em termos globais, o programa permite reordenar a rede logística e os fluxos de transporte, articulando a actividade portuária e ferroviária e fomentando a intermodalidade, por forma a expandir o alcance da área de influência até

Espanha. Em termos de posicionamento competitivo regional, cria condições para atracção do investimento industrial espanhol e para o desenvolvimento mais harmonioso do território nacional, aliás, como fica espelhado no mapa representado.

Ilustração 2 – Rede Nacional de Plataformas Logísticas



Fonte: Programa Portugal Logístico, 2006

Na perspectiva restrita da AML, a região conta com a “plataforma portuária” de Bobadela /Sobralinho, em ligação com o CCA da Portela e o Porto de Lisboa, e o projecto da “plataforma urbana – nacional” do Poceirão (próxima do Porto de Setúbal e do futuro aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete), onde se espera um investimento de cerca de 300 M€.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2006)

Formulada para o horizonte de 2015, a estratégia tem como objectivos de fundo que Portugal esteja num patamar de desenvolvimento próximo da média

européia, entre os primeiros 15 países no índice de desenvolvimento humano das Nações Unidas e entre os primeiros 25 países mais competitivos do mundo.

A estratégia visa naturalmente o desenvolvimento equilibrado e durável, em simultâneo nas questões sociais, económicas e ambientais, mas as metas que neste contexto mais interessam colocam-se sobretudo na preparação de Portugal para a sociedade do conhecimento e competitividade à escala global. Aliás, neste sentido, elas são apresentadas como um reforço dos objectivos do Plano Tecnológico até 2010

Quadro 4 – Objectivos da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável, 2006

Principais metas	
– Emprego no âmbito das TIC, em % do total	3%
– Utilização regular do comércio electrónico, em % da população	≥ 25%
– Investimento em capital de risco, em % do PIB	0,15%
– Valor acrescentado nos sectores de media e tecnologia, em % do total nacional	6,2%
– Produção de electricidade, a partir de fontes de energia renovável, em % do total	39%
– Redução do consumo de energia, relativamente à média dos últimos cinco anos	1%
– Despesa do Estado em cultura, em % da despesa corrente	1%

Fonte: Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, 2006

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (2007)

O programa, aprovado pela Assembleia da República em 2007, é a pedra de fecho do sistema de gestão territorial, tal como preconizado cerca de 10 anos antes pela Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo. Estão em causa objectivos estratégicos de reforço da competitividade territorial de Portugal e sua integração nos espaços ibérico, europeu e global e a expansão das redes de infra-estruturas avançadas de informação e comunicação.

O Relatório do PNPT aponta tendências de fragmentação do modelo territorial da AML, cujos principais factores são as novas infra-estruturas

rodoviárias, o incremento significativo da mobilidade assente no transporte individual e a localização centrífuga de empresas.

O documento estabelece a reestruturação do eixo Lisboa – Vila Franca de Xira – Carregado, como corredor relevante para as actividades logísticas, a par com a localização de novas funções – escritórios, superfícies comerciais e actividades de ciência, tecnologia e inovação – no eixo Lisboa – Cascais. Na margem sul, aponta-se para a emergência de novas centralidades no Arco Ribeirinho apoiadas por novas acessibilidades, alguns projectos de infra-estruturação e a renovação da malha urbana. O eixo Lisboa – Palmela – Setúbal aparece apoiado na nova acessibilidade ferroviária e na relevância do cluster automóvel.

Como opções territoriais para o desenvolvimento económico, o Relatório incorpora ainda algumas orientações e metas, considerando três aspectos cruciais: (1) o desenvolvimento de equipamentos e serviços de suporte à diversificação das relações internacionais, em particular com a África, a Ásia e as Américas; (2) a qualificação e organização em rede dos espaços vocacionados para a instalação de actividades baseadas no conhecimento e intensivas em tecnologia; e (3) a criação de estruturas de âmbito metropolitano para a gestão das “indústrias em rede”.

Plano Nacional de Reformas, Novo Ciclo 2008-2010 (2008)

Aprovado recentemente, o plano recomenda a reorientação das despesas públicas, a melhoria das qualificações e a modernização da legislação e a protecção do emprego. Com uma perspectiva no longo prazo, propõe a sustentabilidade das contas públicas, o desenvolvimento tecnológico e da sociedade do conhecimento, apoiado num mercado concorrencial e com respeito pelos princípios da sustentabilidade ambiental e social.³

³ Para o novo ciclo de consolidação das reformas, o plano apresenta seis domínios de actuação: (i) a qualidade das finanças e dos serviços públicos; (ii) um ambiente favorável para os negócios, em particular para as PME's; (iii) um melhor sistema de inovação e mais I&D; (iv) combater as alterações climáticas, apostar nas energias renováveis e na eficiência energética; (v) mais mobilidade positiva através da qualificação, do emprego e da coesão social; e (vi) promover um território inteligente.

Assinala-se a atenção dada às condições de suporte para o desenvolvimento económico, a qualidade do sector público, a confiança em torno das PME's e a qualificação e inovação empresarial, como factores de sucesso para a criação de emprego. Em complemento, salienta-se a preocupação com questões mais próximas ao ordenamento, como a utilização dos recursos energéticos endógenos e a necessidade de “territórios inteligentes”, no sentido de melhorar o ambiente físico onde se desenvolvem as actividades humanas, a sua governação e competitividade. Prevê-se ainda articulação das medidas com o QREN, que neste último domínio visam o aprofundamento do driver da logística, da política de cidades, da informação territorial, da valorização dos recursos endógenos, da água e do saneamento básico, da infra-estrutura digital e da rede escolar.

Âmbito Regional

Seguindo a mesma ordem cronológica, resumem-se agora as referências aos objectivos de desenvolvimento económico, nos documentos de base de âmbito regional mais relevantes para o trabalho.

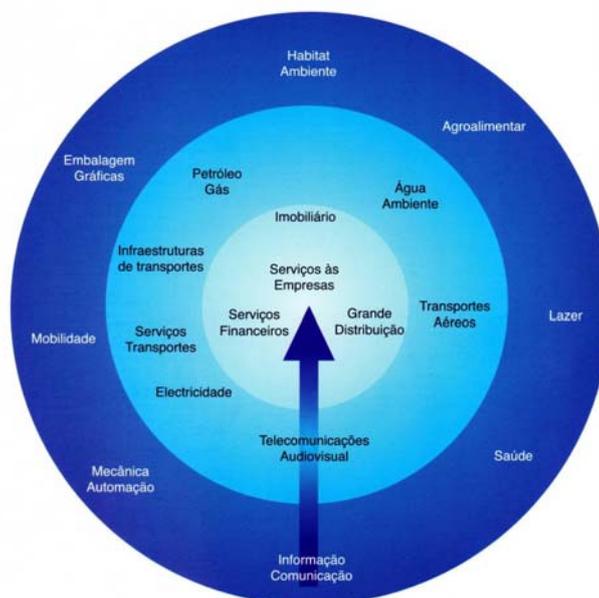
Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo (PERLOVT, 1998)

Elaborado uma década atrás para o horizonte de 2010, o plano pretendia ligar a Europa e o Atlântico, transformando Lisboa e Vale do Tejo numa região mais competitiva no sistema europeu, com actividades de perfil tecnológico avançado e elevada produtividade, dispondo de instituições modernas e eficientes, que proporcionassem melhor governabilidade e cidadania, num território de grande qualidade ambiental e patrimonial, de intercâmbio e de igualdade de oportunidades. Esta síntese permanece ainda hoje válida e constitui por isso um referencial no âmbito dos trabalhos de reflexão em curso.

Na dinâmica das actividades económicas e na diferenciação do sistema produtivo da região, a actuação prioritária incidiu sobre as actividades de especialização internacional, representadas na segunda coroa da ilustração 4. A diferenciação não é geográfica mas assente em três níveis prioritários: no

primeiro estão as actividades centrais, os serviços financeiros, às empresas e os de grande distribuição à população, bem como o imobiliário; no segundo estão os sectores infra-estruturais, abrangendo a electricidade, o petróleo / gás, o ambiente, as telecomunicações e o audiovisual, as grandes acessibilidades e infra-estruturas associadas e o transporte aéreo; e à sua volta, no terceiro, estão as actividades de ligação ao mercado internacional de bens e serviços, organizadas em termos de grandes fileiras funcionais – mecânica e automação, mobilidade, embalagem e gráficas, habitat e ambiente, agricultura e alimentação, lazer, saúde e informação e comunicação, tendo esta última um destaque especial na ligação ao desenvolvimento das telecomunicações e dos serviços das actividades centrais.

Ilustração 3 – Diferenciação das actividades económicas mais relevantes na região de Lisboa e Vale do Tejo.



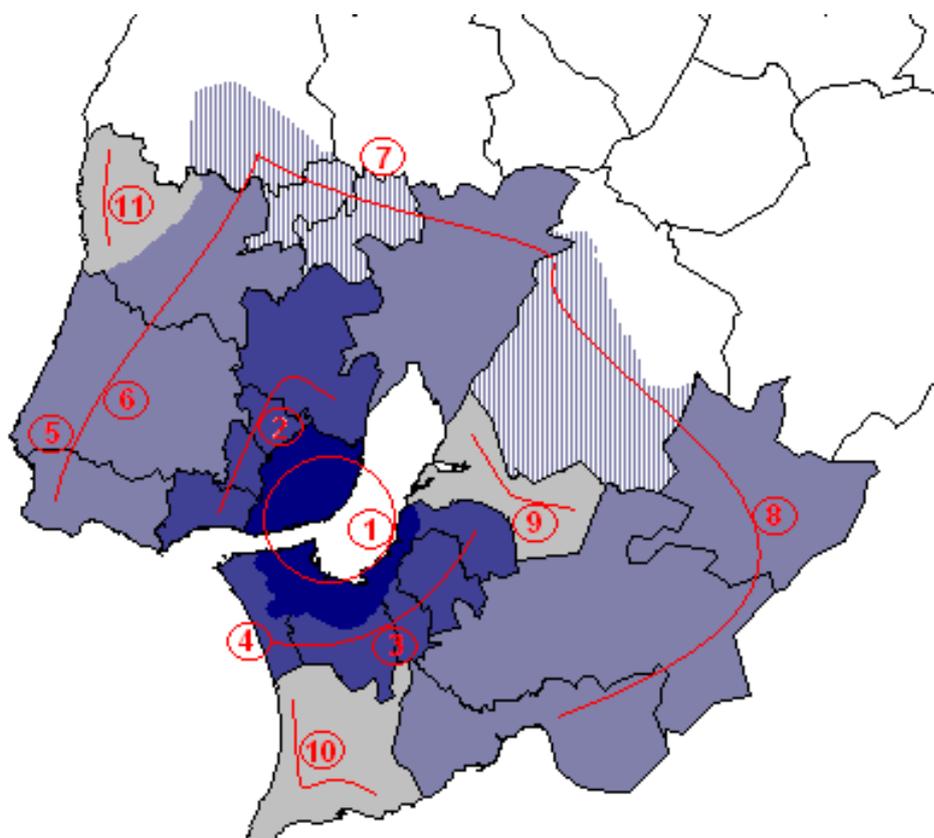
Fonte: Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo, 1998.

Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (2002)

Com uma clara vocação estratégica, no quadro da Lei de Bases de 1998 e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial do ano seguinte, o PROT-AML foi aprovado em 2002 e incorporou pois, na estratégia económica,

os objectivos que o PERLOVT tinha já previsto para o mesmo âmbito territorial, de entre os quais se poderá destacar a selectividade das opções a tomar, tanto ao nível das influências externas como das capacidades internas. Os três eixos principais eram então o estabelecimento de parcerias privilegiadas, a selecção dos investimentos a realizar em Ciência & Tecnologia, Educação & Formação e Informação & Comunicação e a promoção dos modelos de gestão a incentivar. Mas apesar de diferentes medidas de índole económica, como sejam o reforço do sistema de produção e difusão científica e tecnológica e o desenvolvimento de serviços avançados de nível internacional e das indústrias de conteúdos, é certo que tais objectivos ficaram comprometidos pela escassa implementação das opções territoriais então formuladas.

Ilustração 4 – Modelo de organização territorial da AML



- Centro da AML (Lisboa, Almada, Seixal e Barreiro) – (1) melhoria das acessibilidades, com prioridade ao transporte público: interligação do centro da AML e as relações de complementaridade entre diversos pólos; ligações do centro da AML ao sul do país e Espanha pelo modo ferroviário.
- 1ª coroa envolvente do centro da AML – inclui igualmente o reforço das acessibilidades entre as duas margens do rio: (2) Algés, Amadora, Odivelas, Loures, Montijo e Moita como pólos vocacionados para equipamentos e serviços, assim como o Parque das Nações, que deverá evoluir para uma plataforma de internacionalização da AML; (3) Coina, como centro de indústria, armazenagem e logística; (4) e Monte da Caparica, com o pólo de Investigação e Desenvolvimento.
- 2ª coroa envolvente do centro da AML (pertencente ou não à AML) – Cascais, Sintra, Vila Franca de Xira, Palmela e Setúbal também com pólos vocacionados para equipamentos e serviços: (5) Sintra como pólo de internacionalização cultural; (6) Terrugem/MemMartins/Sabugo/Pero Pinheiro, (7) Carregado/Azambuja/Ota e (8) Pegões/Marateca como pólos industriais, de armazenagem e logística. Estes pólos ligados por infra-estruturas circulares constituem a coroa da AML que faz a articulação com o exterior.
- 3 localizações inseridas na 2ª coroa constituem pólos turísticos e ambientais: (9) Alcochete, (10) Sesimbra e (11) Mafra.

Fonte: Adaptado de PROT-AML, 2002, e de algumas referências do PNPOT, 2007.

Estratégia Regional Lisboa 2020 (2007)

Por coincidência não propositada, a mesma sequência entre planeamento estratégico e planeamento territorial, ocorrida entre o PERLOVT e o PROTAML de 2002, volta a acontecer da Estratégia “Lisboa 2020” para esta alteração do PROTAML. A ambição económica passa por aumentar a competitividade, a inovação e a internacionalização, mas o desafio é sobretudo interno, já que a evolução dos indicadores coloca a região fora do Objectivo 1 da política europeia de coesão e portanto o financiamento será muito menor do que foi nos anteriores quadros comunitários de apoio.

Nesse sentido, a grande prioridade a conferir aos objectivos de competitividade deve articular os processos de terciarização e globalização da economia portuguesa, procurando consumir uma alteração da sua própria dimensão, fazendo-a crescer em termos internacionais e emagrecer em termos nacionais, através do reforço da especialização dos serviços avançados às famílias e empresas e, muito especialmente, em actividades centradas no conhecimento; e do desenvolvimento de plataformas de intermediação qualificada do relacionamento internacional do país – com ênfase nos planos produtivo, comercial, financeiro, científico, artístico e cultural – colocadas ao serviço do país e não somente da região.

Programa Operacional Regional 2007-2013 (2007)

Assente no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), o programa ancora-se igualmente na Estratégia Regional Lisboa 2020 e estabelece as directrizes de investimento até 2013, que deverá ser mobilizado numa lógica de complementaridade a outros instrumentos financeiros e de política territorial. O programa pretende apoiar projectos de incentivos para I&D e inovação em PME's de sectores estratégicos, a criação de empresas de base tecnológica e de indústrias criativas, a projecção exterior da região, as acções de transferência de tecnologia e o estímulo à governabilidade regional.

Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal (2008)

Finalmente, mas não menos importante, o Plano de carácter voluntário elaborado pela Associação de Municípios da Região de Setúbal, designado por Estratégia de Desenvolvimento da Península de Setúbal, portanto para a área territorial dos 9 municípios da margem Sul. O Plano representa também o sentimento das várias entidades privadas e da sociedade civil que participaram na sua elaboração, desde Associações empresariais de diferentes actividades económicas aos sindicatos dos trabalhadores.

Assente em quatro eixos estratégicos, propõe o reforço da capacidade do tecido económico e empresarial, designadamente através da organização em cluster dos segmentos de especialização regional, da dinamização e integração do tecido empresarial em redes de cooperação, do aprofundamento da internacionalização da economia regional e do apoio e qualificação da pequena iniciativa empresarial. De entre as medidas, salienta-se em especial a melhoria das acessibilidades e das infra-estruturas, dos transportes públicos, da eficiência energética e ambiental, da cooperação entre operadores turísticos e culturais, da coesão socio-territorial, da governabilidade institucional e dos instrumentos de apoio à economia regional.

ECONOMIA E COMPETITIVIDADE REGIONAL

Na análise da economia regional e conforme discutido anteriormente, o modelo utilizado parte da identificação do conjunto de activos competitivos, cuja gestão estratégica concorre para o desenvolvimento sócio-económico e para o reforço da competitividade nacional e internacional. A abordagem seguida adopta uma perspectiva de estática comparada no tempo – procurando detectar tendências pela comparação da situação actual com o passado – e no espaço – nas contrastações efectuadas com o país e com o espaço da União Europeia. Afinal, a competitividade regional da AML depende não apenas da sua polarização e na capacidade de protagonismo no que respeita à política externa nacional, mas também no que respeita ao contributo para o desenvolvimento do resto do país.

Os activos para a competitividade, como resolvemos chamar neste documento, são agrupados em torno de 6 vectores: (1) inovação; (2) capital humano; (3) qualidade de vida; (4) conectividade; (5) integração da cadeia de valor; e (6) governo. A capacidade competitiva da AML é analisada nestas várias dimensões, tendo por finalidade a construção de uma visão estratégica. Neste sentido, no quadro de uma análise SWOT, concorrem para a identificação das forças e das fraquezas, das oportunidades e das ameaças e das tendências que servem de base ao desenho de políticas e estratégias de desenvolvimento regional.

Activos para a competitividade

Inovação

A iniciativa privada tende a valorizar regiões em que o ambiente é particularmente inovador. Tendo presente que a correcta mensurabilidade da inovação é um desafio particularmente árduo, uma boa aproximação é

conseguida recorrendo à análise de vários indicadores de I&D.⁴ O quadro 5 sustenta a importância relativa de I&D no contexto competitivo regional, baseado num estudo realizado sobre as causas para a competitividade de 20 cidades.⁵

Quadro 5 – Recursos de conhecimento:
Importância para as vantagens competitivas das cidades

	Importância (0-6)
Ciência e Tecnologia (Universidades, I&D)	4,7
Comércio, Banca e Seguros	3,7
Indústria e know-how produtivo	3,7
Arte e Cultura	3,6
Administração e Coordenação (internacional e nacional)	3,3
Criatividade	3,2

Fonte: EC/FAST study: *The future of European cities*. Adaptado de Begg (2002).

Comparativamente ao total nacional, é na AML que o ambiente de inovação é particularmente intenso. Mais de metade das despesas nacionais em I&D são aqui sedeadas (representando aproximadamente 1,2% do PIB regional), ao mesmo tempo que 49% dos empregados em I&D em Portugal desenvolvem a sua actividade na AML. Ademais, é patente que a despesa média em I&D é significativamente superior na AML, quer em termos *per capita*, quer quando medida por unidade de investigação.

É importante notar, também, a diversidade dentro da própria AML, registando-se um valor mais baixo de despesa em I&D na Península de Setúbal, por comparação com a Grande Lisboa. Do lado da qualificação dos recursos humanos, refira-se também a preponderância de recursos na região da Grande Lisboa, por comparação com a Península de Setúbal. Estes resultados estão, aliás, em consonância com as várias centralidades

⁴ Em particular, são reconhecidas as relações positivas (embora de linearidade controversa) entre I&D e conhecimento e entre conhecimento e competitividade.

⁵ Ver Begg (2002).

identificadas na AML em diagnósticos anteriores, detectando-se a importância do eixo I&D na região de Lisboa, a Norte do Rio Tejo.

Quadro 6 – Indicadores de I&D na AML, 2005

NUTS III	Despesa em I&D	Despesa em I&D <i>per capita</i>	Despesa em I&D no PIB	Despesa Média em I&D por Unidade	Pessoal em I&D ¹	Diplomados do Ensino Superior em C&T por Mil Habitantes ²
	2005 %	2005 €	2005 %	2005 10 ³ €	2005 %	2007 n°
Portugal	100	114	0,81	551	100	14
Lisboa	54	242	1,17	741	49	21
Grande Lisboa	50	-	1,27	760	45	24
Península de Setúbal	3	-	0,53	541	4	13

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Lisboa 2007 e CCDR-LVT – Atlas da AML?

Notas: ⁽¹⁾ equivalente a tempo integral ⁽²⁾ 20-29 anos.

Mais do que o total de despesa em I&D, é importante a caracterização dessa despesa por fonte de financiamento e sector de execução. No que respeita ao financiamento, tanto para Portugal como para a AML, o Estado apresenta-se como o principal responsável (55% e 53%, respectivamente).

Quadro 7 – Fluxos de Financiamento de I&D na AML, 2005

NUTS III	Empresas	Estado	Ensino Superior	Instituições Sem Fins Lucrativos	Exterior
	10 ³ €	10 ³ €	10 ³ €	10 ³ €	10 ³ €
Portugal	26 403	-487 448	413 096	104 397	-56 448
Lisboa	2 425	-204 476	175 316	55 153	-28 417
Grande Lisboa	2 166	- 177 059	149 467	52 369	- 26 944
Península de Setúbal	259	- 27 417	25 848	2 783	- 1 473

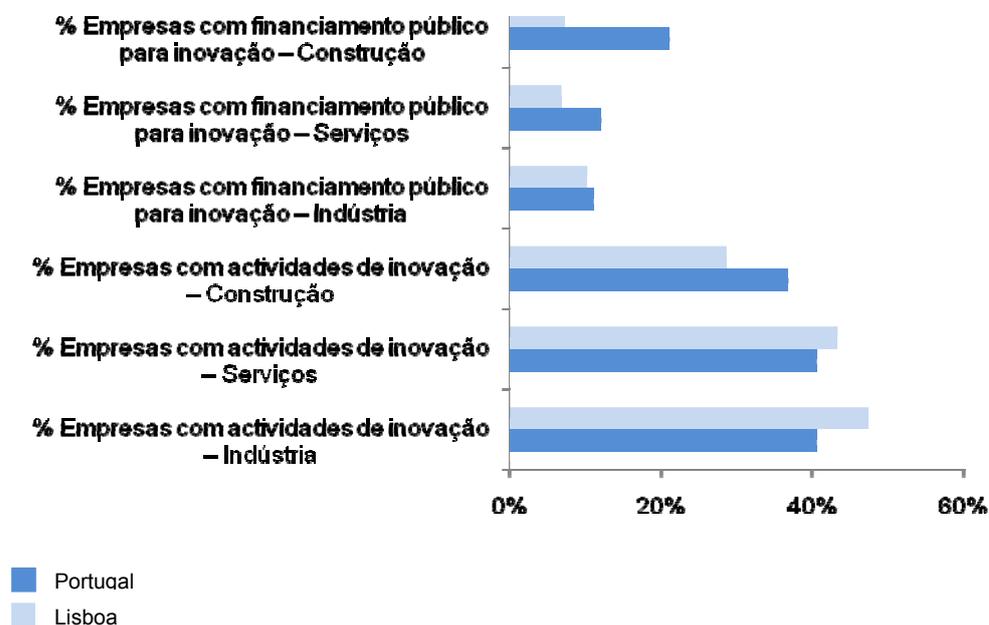
Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Lisboa 2007.

Em termos sectoriais o financiamento do Estado dirige-se maioritariamente para o ensino superior e para as instituições sem fins lucrativos. As empresas

representam uma pequena fatia do financiamento público a I&D (não mais que 1% da despesa total financiada pelo Estado e pelo Exterior). Regionalmente, é também na AML que se registam as menores percentagens de participação pública no financiamento a I&D. Em termos médios em Portugal, as empresas recebem 5% dos financiamentos públicos, versus 1% para a AML.

É, também, interessante comparar a dinâmica privada de I&D na AML com o resto do país. Nos sectores industrial e de serviços, Lisboa compara favoravelmente com as médias nacionais no que respeita à percentagem de empresas com actividades de I&D. Acresce o facto de, em termos médios, beneficiar de menor nível de apoio público que o resto do país, aliás, em concordância com os indicadores de financiamento da I&D apresentados anteriormente.

Ilustração 5 – Actividade e financiamento de I&D no sector empresarial



Fonte: INE.
Nota: Dados para o período 2006-2004.

A análise mais detalhada, ao nível de NUTS III, permite concluir que os resultados se devem particularmente ao comportamento da sub-região da Grande Lisboa. A despesa em I&D da Península de Setúbal representa tão

somente 3,4% do total nacional, da mesma forma que o pessoal ao serviço em I&D não ultrapassa 4,2% do total nacional. Ademais, para a maioria dos indicadores a Península de Setúbal cifra abaixo do total nacional.

Tendo presente que a AML responde por mais de metade da despesa nacional em I&D, refira-se que as ciências de engenharia e tecnologia conjuntamente com as ciências sociais e humanas acumulam cerca de 50% do total de despesa. A distribuição intra-regional encerra, entretanto, dados interessantes, como seja a ênfase nas ciências de engenharia e tecnologia e nas ciências exactas registada na região da Península de Setúbal, as quais respondem por mais de 75% do investimento dessa sub-região.⁶

Contudo, em termos internacionais e utilizando o índice europeu de inovação, a dinâmica de I&D em Lisboa compara desfavoravelmente com as “cidades competidoras” (designadamente as de Barcelona, Bruxelas, Viena e Estocolmo, de acordo com o estudo de DATAR, 2003)⁷. Ainda no documento ‘Lisboa 2020’ pode ler-se:

“O esforço de I&D da Região de Lisboa atinge valores significativos no panorama nacional (ultrapassando a barreira do 1% do PIB) embora ainda insuficientes no quadro dos desafios da construção europeia e da globalização – com tendência de crescimento do I&D de base empresarial, em contraste com a realidade nacional – onde persiste um predomínio do financiamento público e a debilidade do financiamento empresarial privado. A Região de Lisboa é a única região do país onde as empresas têm um papel significativo nas actividades de I&D (em 2001 a região registava 37% do total de despesas das empresas com I&D) mas, relativamente a outras regiões da Europa, continua a evidenciar resultados significativamente baixos.”

Também de acordo com os dados documentados no *Third European Report on S&T Indicators*, em 2003, a transcrição supra aparece reforçada no contexto universitário. Muito embora estejam presentes diversas instituições da AML, qualquer que seja o indicador em causa, registam-se comparações

⁶ Devido à localização da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, em Almada. Refira-se, contudo, que os níveis absolutos de I&D na Península de Setúbal estão muito abaixo dos registados na Grande Lisboa. Em 2005, o investimento em I&D na Península de Setúbal era de pouco mais de 3% do total nacional, enquanto Lisboa respondia por mais de metade desse valor.

⁷ Veja-se o Quadro 14, na página 37.

desfavoráveis, ainda que os resultados encerrem uma interessante dinâmica de crescimento recente.⁸

Quadro 8 – I&D universitário no contexto europeu

Publicações ¹			Citações ²			Impacto	
Instituição	nº	%	Instituição	nº	%	Instituição	nº
U. London	85 182	34,2	U. London	550 278	40,7	U. Cambridge	1,55
U. Paris 6	22 154	8,9	Karolinska I.	116 900	8,6	Eindhoven U. of T.	1,40
U. Milan	16 972	6,8	U. Paris 6	100 372	7,4	T. U. Munich	1,40
U. Lund	16 341	6,6	Leiden U.	86 682	6,4	U. Strasbourg 1	1,32
U. Munich	16 208	6,5	U. Munich	83 477	6,2	U. C. Louvain	1,30
K.. U. Leuven	15 420	6,2	U. Milan	81 963	6,1	U. Helsinki	1,29
Uni. Utrecht	14 942	6,0	U. Helsinki	81 531	6,0	T. U. Denmark	1,24
U. Helsinki	13 446	5,4	K. U. Leuven	68 876	5,1	Karolinska I.	1,22
U. Vienna	12 485	5,0	U. Copenhagen	63 432	4,7	U. Dublin	1,16
U. Copenhagen	11 667	4,7	U. Vienna	50 255	3,7	U. Padua	1,04
U. Barcelona	9 678	3,9	U. Barcelona	33 705	2,5	U. Florence	1,04
U. Athens	6 609	2,7	Natl. U. Ireland	14 842	1,1	U. Innsbruck	1,03
Natl. U. Ireland	5 054	2,0	U. Athens	13 279	1,0	A. U. Madrid	0,99
Tech. U. Lisbon	2 638	1,1	U. Lisbon	6 338	0,5	U. Lisbon	0,88

Fonte: *Third European Report on S&T Indicators, 2003.*

Notas: ⁽¹⁾ 1993-1997 ⁽²⁾ 1993-1999; exclui citações dos próprios autores.

Ora, se os resultados não são animadores no que a instituições universitárias (ou equivalentes) respeita, são francamente inexpressivos no âmbito empresarial. O mesmo estudo assegura a ausência de qualquer empresa com sede em Portugal a figurar no *top100* das empresas da União Europeia no domínio da I&D. Neste sentido, a continuação dos esforços neste campo é indispensável para o sucesso dos projectos e planos regionais entretanto adoptados e que assentam no I&D como factor de diferenciação e competitividade à escala internacional.

⁸ Segundo dados da DG Research, Portugal tem vindo a destacar-se dos seus parceiros europeus ao apresentar entre 1995 e 1999 uma taxa de crescimento média anual de publicações científicas na ordem dos 16% (a média na União Europeia é de 3%).

Capital Humano

O investimento em I&D está relacionado com os níveis de qualificação das pessoas e, em termos económicos, com o potencial que o capital humano encerra. Em particular, os conhecimentos e a capacidade de trabalho são factores de atracção e fixação de unidades empresariais. Consoante, a estrutura da população residente na AML, assim se poderá sustentar a existência de activos que promovam estratégias competitivas.

Quadro 9 – População Residente

Concelho	População Residente			Índice de Envelhecimento		População '15-65'
	2007 nº	2001 nº	Δ 2001/07 %	2007 nº	2001 nº	2007 %
Portugal	10 618	10 356	3	114	102	67
Lisboa	2 808	2 662	6	107	103	67
Grande Lisboa	2 026	1 947	4	110	107	67
Amadora	173	176	-1	114	94	68
Cascais	187	171	10	99	100	67
Lisboa	500	565	-12	177	203	62
Loures	196	199	-1	96	77	69
Mafra	69	54	26	95	97	66
Odivelas	151	134	13	102	81	70
Oeiras	171	162	6	114	106	67
Sintra	437	364	20	73	57	69
Vila Franca de Xira	140	123	14	80	67	70
Península de Setúbal	783	715	10	100	93	68
Alcochete	17	13	29	100	95	66
Almada	166	161	3	117	119	66
Barreiro	78	79	-1	133	123	69
Moita	71	67	6	84	77	70
Montijo	41	39	5	106	116	65
Palmela	62	53	16	103	94	67
Seixal	173	150	15	75	60	71
Sesimbra	50	38	34	99	89	66
Setúbal	1234	114	8	99	95	68

Fonte: INE – Recenseamento da População e Habitação 2001 e Anuário Estatístico da Região Lisboa 2007.

Crescimento da população residente

Ao nível das NUTS III, a população residente na Grande Lisboa é mais que o dobro da população residente na Península de Setúbal, mas a Península de Setúbal regista uma taxa de crescimento recente mais elevada: 10% face a 4% na Grande Lisboa.

Entre 2001 e 2007, a população residente na AML cresceu cerca de 6%, enquanto o total nacional cresceu apenas 3%. Este crescimento resulta tanto do crescimento orgânico da população – ou seja, saldo natural positivo – como da capacidade da AML em exercer um efeito de atracção sobre população estrangeira. O saldo migratório foi positivo em Portugal, mas com maior incidência na região de Lisboa, que foi capaz de atrair indivíduos de nacionalidade portuguesa e estrangeira. Notório, é o crescimento registado na região da Península de Setúbal.

Entretanto, a AML tem registado um assinalável envelhecimento da população residente, aspecto a partir do qual é possível tecer dois comentários. Primeiro, a AML tem envelhecido a um ritmo mais lento que o resto do país e em 2007, comparando favoravelmente com a média nacional⁹. Em 2007, 67% da população residente na AML tinha idade compreendida entre 15 e 65 anos. Segundo, as dinâmicas dentro de cada um dos concelhos são muito diferenciadas, com o índice de envelhecimento a progredir de forma mais rápida na Península de Setúbal que na Região a Grande Lisboa. É de destacar, no entanto, o relativo envelhecimento da população no concelho de Lisboa¹⁰, tendência que se inverte à medida que nos afastamos para a periferia.¹¹

É perceptível a deslocação da população para concelhos marginais da AML, decorrente de processos de expansão urbana, do desenvolvimento da rede de acessibilidades e do reforço de novas centralidades, que têm progressivamente tornado Lisboa numa região policêntrica. Os concelhos de

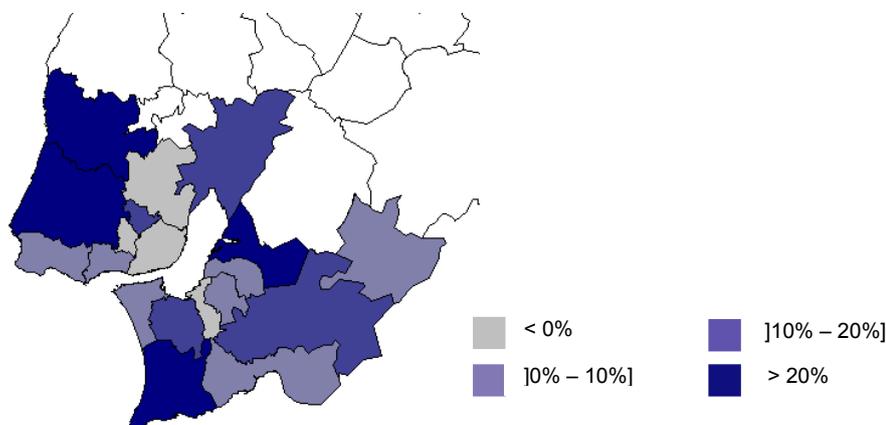
⁹ Anote-se que em 2001, a AML registava uma comparação desfavorável.

¹⁰ Repare-se que 24% da população residente tem mais de 65 anos.

¹¹ A diferença de preços do imobiliário explica o facto de os Concelhos mais afastados do Centro serem pólos de destino de emigração e mais atractivos para os casais jovens fixarem residência.

Lisboa, Amadora, Loures e Barreiro registaram entre 2001 e 2007 um crescimento negativo da população residente, em que Lisboa lidera um decréscimo de 12%. Na Grande Lisboa, os concelhos de Mafra, Sintra e Vila Franca de Xira apresentaram crescimentos a dois dígitos. Na Península de Setúbal, o destaque reparte-se entre, por um lado, os concelhos de Alcochete e Sesimbra a crescer a taxas superiores a 20% e, a ritmos mais modestos, os concelhos de Palmela e Seixal.

Ilustração 6 – Variação da População Residente – 2007-2001



Fonte: INE – Recenseamento da População e Habitação 2001 e Anuário Estatístico da Região Lisboa 2007.

Se o crescimento da população da AML tem sido tendencialmente superior à média nacional, o mesmo acontece com o saldo migratório e o saldo natural. Em 2007, ambos se apresentavam positivos e superiores à média nacional e a qualquer outra NUTS II (com a excepção do Algarve que apresentava um saldo migratório bastante superior).

Níveis de qualificação da mão de obra

A qualificação da população residente, e bem assim, os níveis de escolaridade apresentam-se como um importante fomento ao desenvolvimento e aparecimento de novas actividades produtivas, bem como factor de sustentação da produtividade e da competitividade.

Ao longo dos últimos anos a sociedade portuguesa tem testemunhado um aumento significativo e genérico dos níveis de instrução da população activa. Ora, se por um lado este resultado deriva da renovação do capital humano, a par do incremento dos níveis de escolaridade das populações mais jovens, ele reflecte ainda o esforço de âmbito nacional no sentido de qualificar a população adulta, com programas e políticas de formação e enriquecimento do capital humano.

Quadro 10 – Esforço de qualificação da população activa

NUTS II	Taxa de Crescimento (2003-2007)						
	Total	Sem Instrução	Básico – 1º ciclo	Básico – 2º ciclo	Básico – 3º ciclo	Secundário	Superior
	%	%	%	%	%	%	%
Portugal	2,9	-28,9	-11,8	1,5	18,7	17,5	28,3
Lisboa	2,0	-24,6	-19,9	-0,7	11,5	10,0	16,6

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Lisboa 2003 e 2007.

A AML apresenta uma população activa comparativamente mais qualificada que a média nacional, registando-se um abrandamento nas taxas de crescimento da população com formação secundária e superior, relativamente à média nacional.

Em 2007, a AML utilizava proporcionalmente recursos humanos com maior nível de escolaridade, relativamente à média nacional. No que respeita à qualificação da população activa, negligenciando possíveis distorções na estrutura do desemprego e as decorrentes dos movimentos pendulares, a análise da população empregada por nível de instrução serve de *proxy*. Os quadros superiores e especialistas apresentam uma posição expressiva no total da população empregada (22%), quando comparado com o total nacional (15%).

Ao nível de NUTS III, a Grande Lisboa apresenta níveis de qualificação superiores aos da Península de Setúbal. E, no que respeita a esta última sub-região, os concelhos de Almada, Seixal e Palmela apresentam níveis de instrução superior. Na Grande Lisboa, Vila Franca de Xira, Odivelas e

especialmente Maфра, apresentam níveis de escolaridade significativamente inferiores à média da sub-região. Esta diversidade está na base de dinâmicas empresariais diferenciadas, registadas em toda a região. Repare-se que, do ponto de vista do modelo de activos para a competitividade, a proximidade e o acesso a factores produtivos é fulcral na determinação da dinâmica e diversidade dos sectores de actividade, a sua importância relativa e a inserção na cadeia de valor.

Quadro 11 – Qualificação da população empregada

Concelho	População Empregada por Nível de Instrução								
	1 %	2 %	3 %	4 %	5 %	6 %	7 %	8 %	9 %
Portugal	1	22	20	22	21	3	9	0	0
Lisboa	1	17	13	22	27	3	15	1	0
Grande Lisboa	1	16	12	21	27	4	17	1	0
Amadora	1	18	13	20	26	4	14	2	0
Cascais	1	17	14	24	27	4	11	0	0
Lisboa	1	13	10	19	30	4	21	1	0
Loures	2	22	17	25	22	2	8	0	0
Maфра	1	24	25	25	17	1	4	0	0
Odivelas	2	24	19	25	22	1	5	0	0
Oeiras	1	11	9	17	31	5	24	1	0
Sintra	2	21	16	24	24	3	9	1	0
Vila Franca de Xira	1	21	17	26	24	2	8	0	0
Península de Setúbal	1	20	17	27	24	2	7	0	0
Alcochete	2	21	15	24	27	2	7	-	-
Almada	1	18	16	25	25	3	10	1	0
Barreiro	2	22	17	27	22	2	7	0	0
Moita	2	25	17	26	22	1	4	-	-
Montijo	2	23	18	23	24	2	6	0	0
Palmela	1	16	18	31	23	3	7	0	0
Seixal	1	19	15	28	27	2	6	0	0
Sesimbra	2	28	20	25	17	1	5	0	0
Setúbal	1	22	17	26	23	2	8	0	0

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Lisboa 2007.

Notas: 1 – inferior ao 1º c. do e.b.; 2 – 1º c. do e.b.; 3 – 2º c. do e.b.; 4 – 3º c. do e.b.; 5 – e.s.; 6 – bacharelato; 7 – licenciatura; 8 – mestrado; 9 – doutoramento.

Num contexto internacional, a dinâmica de Lisboa em termos de qualificação dos recursos humanos não é melhor do que a de cidades da mesma “hierarquia”, como Barcelona, Bruxelas, Viena e Estocolmo. Ainda em ‘Lisboa 2020’, pode ler-se que:

“A Região de Lisboa continua a apresentar níveis de ensino médio muito baixos, ao contrário do registado em outros países da EU. O ensino superior, embora tenha aumentado de uma forma lenta nos últimos anos, continua a apresentar níveis inferiores aos de Espanha. A forte aposta financeira no sistema de formação/educação está longe de ter efeitos significativos, quer quantitativos, quer qualitativos, pois a região – embora seja a mais qualificada do país – perde, claramente, nas comparações internacionais.”

Qualidade de vida

A capacidade de atracção e fixação que determinada cidade ou região exerce sobre as pessoas está também intimamente ligada a aspectos de natureza física e psicológica, como a saúde, o stress, a coesão social, a estabilidade política, entre outros.

Quadro 12 – Indicadores de qualidade de vida

	Indicador	
	nº	Descrição
Saúde	1	Esperança de Vida à Nascimento da População Residente
Vida Familiar	2	Taxa Bruta de Divórcio
Vida Social e Cultural	3	Espectadores por Habitante em Espectáculos ao Vivo
Bem-Estar Material	4	PIB <i>per capita</i>
	5	Poder de Compra <i>per capita</i>
Estabilidade do Trabalho	6	Taxa de Desemprego em Sentido Lato
	7	Beneficiários do Subsídio de Desemprego na População Residente
Pobreza	8	População Beneficiária do RSI na População Residente
Igualdade entre Géneros	9	Disparidade no Ganho Médio Mensal por Sexo
Política	10	Taxa de Abstenção na Eleições Autárquicas
Ambiente	11	População Servida por ETAR
Segurança	12	Taxa de Criminalidade

Conscientes da grande dificuldade em aferir a qualidade de vida que uma região propicia e tendo presente que o que a determina não é passível de

ser inteiramente capturado de forma objectiva, procuramos ainda assim recolher um conjunto de indicadores que permita indiciar sobre os aspectos de natureza intangível da qualidade de vida, como se apresenta no Quadro 12, congregando diversas dimensões possíveis do problema.

Quadro 13 – Indicadores de qualidade de vida na AML

Concelho	1 ³	2 ³	3 ³	4 ³	5 ²	6 ¹	7 ⁴	8 ⁴	9 ³	10 ²	11 ³	12 ³
	anos	‰	nº	10 ³ €	nº	%	%	%	%	%	%	‰
Portugal	78	2,2	0,8	14,7	100,0	6,7	4,5	3,6	12,5	39,0	69,7	37,8
AML	78	2,5	1,3	20,5	137,3	7,5	4,0	2,4	13,2	48,6	83,3	47,2
G. Lisboa	78	2,4	1,5	24,3	145,6	7,0	3,8	2,3	12,8	47,8	89,2	48,5
Amadora	-	2,1	-	-	112,0	7,8	4,5	4,5	15,5	51,8	100,0	45,4
Cascais	-	3,3	0,3	-	157,1	6,9	3,9	1,9	10,0	53,7	100,0	52,3
Lisboa	-	2,3	5,3	-	216,0	7,3	3,7	3,1	14,9	47,3	100,0	84,5
Loures	-	2,4	0,2	-	114,1	7,0	4,3	2,5	11,4	44,4	94,8	33,3
Mafra	-	2,7	0,2	-	108,9	4,5	3,0	1,2	8,0	40,6	63,7	36,8
Odivelas	-	2,2	-	-	99,5	6,7	3,4	1,6	7,2	46,5	85,4	31,8
Oeiras	-	2,5	0,6	-	173,3	7,0	3,2	1,9	14,0	43,7	100,0	34,4
Sintra	-	2,1	0,2	-	104,1	7,1	3,8	1,5	12,0	48,7	91,6	29,7
V.F. Xira	-	2,9	-	-	109,8	6,6	4,6	1,1	14,8	48,2	8,5	36,1
P. Setúbal	77	2,8	0,5	10,7	115,7	8,9	4,4	2,8	16,0	50,9	66,3	43,7
Alcochete	-	3,0	-	-	141,5	7,2	3,8	1,1	33,4	38,7	76,6	40,6
Almada	-	2,5	0,5	-	128,2	8,4	3,9	2,8	13,7	51,9	94,8	45,7
Barreiro	-	2,9	0,2	-	116,0	9,5	4,9	3,5	17,9	46,2	-	38,7
Moita	-	3,0	0,2	-	90,6	10,7	4,5	4,6	12,5	50,6	2,6	39,2
Montijo	-	3,2	-	-	132,8	8,5	5,4	2,6	14,4	52,9	82,8	45,3
Palmela	-	2,7	0,7	-	108,7	7,9	4,7	2,1	16,3	52,2	70,8	46,9
Seixal	-	2,4	-	-	107,5	8,4	4,0	1,8	12,4	53,4	44,2	33,7
Sesimbra	-	2,9	-	-	111,0	8,2	3,4	1,1	12,3	49,1	69,1	44,6
Setúbal	-	3,6	1,2	-	120,4	9,8	5,5	3,8	16,3	50,9	84,8	58,7

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Lisboa 2007 e base de dados.

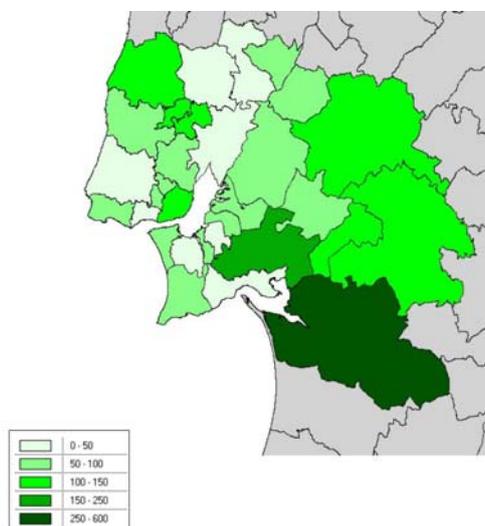
Notas: ⁽¹⁾ 2001 ⁽²⁾ 2005 ⁽³⁾ 2006 ⁽⁴⁾ 2007.

Apesar de os resultados não serem inequívocos, a qualidade de vida da população residente na região parece estar acima da média nacional, em

especial no que ao bem-estar material respeita. Neste aspecto, o PIB e o poder de compra *per capita* apresentam valores substancialmente superiores aos registados para Portugal.

Na evolução dos preços de venda do imobiliário destacam-se Palmela no âmbito da AML e os municípios envolventes a Nascente e a Sul, da Lezíria e do Alentejo.

Ilustração 7 – Valorização do património imobiliário:
Evolução dos preços de venda entre 2001 e 2007 (%)



Fonte: INE e elaboração própria.

Ao nível da saúde as diferenças são particularmente relevantes na rede de cuidados de saúde. Na vida familiar, a taxa bruta de divórcio apresenta-se acima do total nacional, mas a vida social e cultural aparenta ser substancialmente mais dinâmica. No que toca à estabilidade no trabalho, muito embora a taxa de desemprego esteja acima do total nacional, quando analisada conjuntamente com a percentagem de beneficiários do subsídio de desemprego, sugere a maior precariedade do mercado de trabalho regional, face à média nacional e uma maior disparidade no ganho médio mensal por género. As populações aparecem mais alheadas da vida política, a julgar pela participação eleitoral, e registam-se taxas de criminalidade mais elevadas. Inversamente, pobreza e ambiente aparentam melhores resultados que a

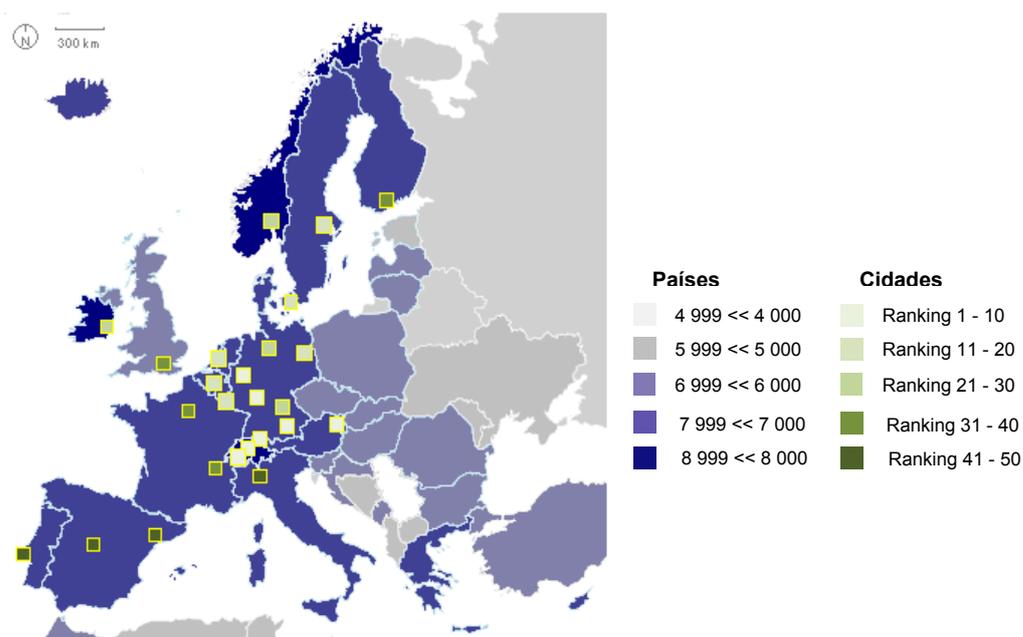
média nacional – menor percentagem de população beneficiária de RSI e maior percentagem de população servida por ETAR.

Muito embora a AML se apresente especialmente atractiva no contexto nacional, essa atractividade deve-se sobretudo à Grande Lisboa. Com a excepção da criminalidade, todos os indicadores utilizados para aferir a qualidade de vida da região sugerem que a Península de Setúbal apresenta níveis de inferiores aos da Grande Lisboa, apesar de estarem em franco desenvolvimento. Os preços de venda do imobiliário sugerem também o efeito de atracção que a Margem Sul exerce sobre as populações, para residência e localização de actividades económicas.

Competitividade de Lisboa no contexto Europeu

Quando comparada à escala europeia, a AML, e mais concretamente a cidade de Lisboa, rivaliza de forma mais imediata com as cidades de Madrid e Barcelona.

Ilustração 8 – Índices de qualidade de vida no contexto europeu



Fonte: **Países** – *The Economist Intelligence Unit's quality-of-life index, 2005*; **Cidades** – *Mercer's 2008 Quality of Living Survey*.

De acordo com o estudo *Mercer's 2008 Quality of Living Survey*, existem 25 cidades europeias no *top50* das cidades com melhor qualidade de vida, e Lisboa apresenta-se em 47º lugar (Madrid e Barcelona em 42º e 41º, respectivamente). Destaca-se pela positiva o facto de Lisboa ter subido 6 posições no ranking entre os anos de 2007 e 2008, enquanto Madrid e Barcelona subiram 3 posições. Não obstante os resultados positivos recentes, a AML tem uma localização periférica relativamente ao centro da Europa continental, região onde estão localizadas as cidades do mundo com melhor qualidade de vida, conforme se representa na Ilustração anterior.

Quadro 14 – Posição relativa da cidade de Lisboa:
Indicadores de qualidade de vida e atractividade

	Lisboa	Barcelona	Bruxelas	Estocolmo	Viena
1 Índice europeu de inovação	5	4	3	1	2
2 Qualificação dos recursos humanos	5	2	1	2	4
3 Apoio estatal à criação de empresas	3	1	2	5	4
4 Número de empresas europeias	3	1	2	5	4
5 PIB <i>per capita</i> (2001)	4	5	2	1	3
6 Taxa de desemprego (2001)	2	3	5	1	3
7 Conexão em transporte internacional	5	2	1	4	3
8 Mobilidade no interior da cidade	5	1	3	2	4
9 Poder de compra	5	2	1	3	4
10 Satisfação com a qualidade de vida	5	2	4	3	1

Fontes: 1 – European Trend Chart of Innovation (2003); 2, 3, 4, 7 e 8 – European Cities Monitor (2004); 5, 6 e 10 – Urban Audit (Eurostat 2004 e 2005) e 9 – UBS, entidade financeira (Zurich, 2005).

Conectividade

A mobilidade, e bem assim, a conectividade configura outro factor de competitividade regional. Por um lado, a fluidez de movimentos pendulares potencia uma maior flexibilidade na captação e fixação de recursos humanos, e por outro, permite aos agentes privados uma maior eficiência operacional tanto nas relações de negócio como nas relações de lazer (de natureza intra e extra-regional). Em todo o caso, é consensual admitir que a distância temporal se

sobrepõe a mais das vezes à distância física no cálculo do custo que toda e qualquer deslocação representa.

Infra-estruturas de transporte

No que à conectividade inter-regional respeita, interessa sobretudo a análise do transporte marítimo, aéreo e ferroviário.¹² A Área Metropolitana de Lisboa abarca dois dos 9 principais portos continentais nacionais, um em cada sub-região NUTS III: o Porto de Lisboa e o Porto de Setúbal. Conjuntamente representaram em 2007 cerca de 30% do total nacional de movimentos de mercadorias (Lisboa e Setúbal com 19% e 11%, respectivamente). A este nível, o Porto de Lisboa rivaliza com o Porto de Leixões o segundo lugar, já que o Porto de Sines tem movimentos consideravelmente mais expressivos. Ainda assim, os portos da AML encontram-se no grupo dos quatro maiores portos continentais nacionais, muito embora com um crescimento de movimentos, entre 2003 e 2007, aquém do verificado no total continental (Lisboa, Setúbal e Continente com 6%, 13% e 15%, respectivamente).¹³

A AML conta com o aeroporto da Portela, a principal infra-estrutura aérea em Portugal. O movimento de passageiros na região representa aproximadamente metade do total de passageiros nacional. Entre 2002 e 2007, o movimento de passageiros aumentou 34% em Portugal, e Lisboa registou um crescimento de 42%, revelando a dinâmica da oferta e da procura regionais. Tendo em conta a dinâmica aeronáutica, uma nova infra-estrutura aeroportuária foi projectada para a Península de Setúbal que, numa primeira fase, funcionará como complementar às actuais facilidades da Portela.

Muito embora a AML conte um elevado número de aeródromos, do ponto de vista da competitividade inter-regional interessa sobretudo a disponibilidade de facilidades aeroportuárias passíveis de serem utilizadas pelas companhias aéreas comerciais. Neste sentido, existe espaço para que

¹² O primeiro relevante sobretudo na análise da mobilidade de mercadorias, enquanto o segundo está ligado maioritariamente ao transporte de passageiros. A importância do transporte ferroviário nas relações inter-regionais depende do raio de alcance considerado.

¹³ Note-se ainda que este crescimento foi impulsionado sobretudo com um aumento muito expressivo da mercadoria desembarcada nos portos portugueses.

outras infra-estruturas se posam vir a desenvolver, respondendo a segmentos específicos da procura de transporte aéreo de passageiros e de mercadorias. Os programas de ordenamento do território enfatizam a instalação de plataformas logísticas de interface entre os diversos modos de transporte, o que aparece em consonância com as tendências de desenvolvimento regional registadas pelos vários indicadores analisados.

Ainda no contexto dos activos para a competitividade, o desenvolvimento das infra-estruturas de transporte ferroviário aparece articulado com os modos de transporte aeroportuário e marítimo, a julgar pelas decisões recentes sobre os grandes projectos de infra-estruturas.

Quadro 15 – Acessibilidades

			Continente ⁽¹⁾		Lisboa	
			2007	Δ%	2007	Δ%
Principais Portos¹			nº	9	2	
Movimentos	Mercadoria Descarregada	10 ³ t	43 588	6	11 532	1
	Mercadoria Carregada	10 ³ t	20 348	40	7 230	22
	Passageiros Desembarcados	nº	15 829	-25	15 698	-24
	Passageiros Embarcados	nº	16 134	-34	16 012	-34
Principais Aeroportos¹			nº	3	1	
Movimentos	Mercadoria Desembarcada	10 ³ t	62	-7	36	-13
	Mercadoria Embarcada	10 ³ t	73	10	47	21
	Passageiros Desembarcados	10 ³	13 433	34	6 611	42
	Passageiros Embarcados	10 ³	13 533	36	6 629	44
Extensão da Rede Ferroviária¹			km	2 838	241	
Movimentos	Mercadoria por Região Destino	10 ³ t	9 654	19	4 106	33
	Mercadoria por Região Origem	10 ³ t	9 654	19	3 381	11
	Passageiros por Região Destino	10 ³	130 092		100 077	
	Passageiros por Região Origem	10 ³	130 092		100 136	

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Lisboa 2003, 2004 e 2007.

Notas: Taxas de variação calculadas para o período 2007-2002 ⁽¹⁾ excepto para o transporte aéreo, que equivale a Portugal.

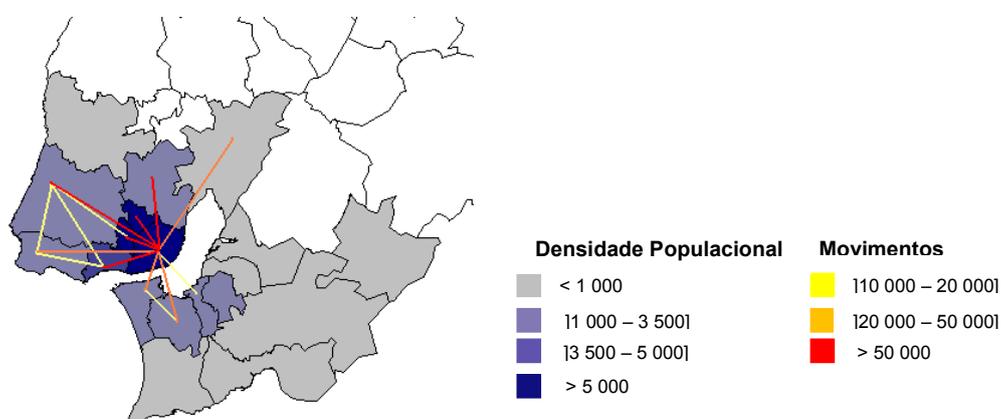
Actualmente, as características da infra-estrutura ferroviária funcionam como uma restrição à sua relevância para a mobilidade internacional. As

ligações internacionais ferroviárias da AML são relativamente complexas ou indirectas: a Linha do Norte em articulação com as da Beira, do Minho e do Leste e Ramal de Cáceres. Assim que a sua utilidade é sobretudo relevante no transporte de passageiros e mercadorias entre regiões relativamente próximas e em particular nas ligações ao Porto. Os novos projectos, nomeadamente, a rede de alta velocidade e as ligações á rede Europeia, apontam num reforço da vantagem competitiva nesta vertente.

Mobilidade dentro da AML

Em 2001, entravam na AML o equivalente a cerca de 3% da população residente, saindo somente 2,1%. Esta capacidade de atracção é todavia distinta quando analisada ao nível de NUTS III. A entrada líquida na Grande Lisboa totalizava 6,5% da população residente, enquanto a Península de Setúbal registava uma saída líquida de 13,2%.

Ilustração 9 – Movimentos pendulares e densidade populacional



Fonte: **Densidade Populacional** – INE – Anuário Estatístico da Região Lisboa 2007; **Movimentos Pendulares** – Recenseamento da População e Habitação 1991.

Da análise dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência é possível aferir que, em 2001, a intensidade dos movimentos era significativamente superior entre os concelhos da Grande Lisboa do que entre os concelhos da Península de Setúbal. Em toda a região, o concelho de Lisboa destaca-se pela capacidade de atracção. O fluxo de entrada de pessoas no concelho, por motivos de

trabalho ou estudo, equivalia a cerca de 80% da população residente, saindo somente 8%. Nenhum outro concelho da Grande Lisboa apresenta um saldo de entradas líquidas de saídas positivo, destacando-se o concelho de Odivelas com um saldo negativo de 32%.

Na margem sul, Palmela e Setúbal apresentavam valores marginalmente positivos (0,7% e 1,1%, respectivamente), constituindo-se como polarizadores dos movimentos pendulares, cuja atractividade é exercida pelas actividades do sector industrial. Os concelhos da Moita e Seixal apresentavam valores inferiores a -27%.

Lisboa exerce especial capacidade de atracção sobre concelhos territorialmente contíguos, com a excepção de Sintra que, muito embora não seja concelho vizinho, se apresentava em primeiro lugar. Nas relações com a margem sul, Almada, Seixal e Barreiro apresentam-se como os mais expressivos nos fluxos de entrada e saída da cidade de Lisboa. As centralidades secundárias dentro da AML estão concentradas, na margem Norte, nos concelhos de Oeiras e, na margem Sul, em Setúbal e Palmela, a que não são alheias a concentração de actividades económicas em cada um dos concelhos.

Quadro 16 – Principais Eixos Pendulares

Distribuição Geográfica	Infra-estrutura		
	Rodoviária	Ferroviária	Fluvial
Lisboa-Cascais	CREL, A5, CRIL	Linha de Cascais	-
Lisboa-Sintra	CREL, IC19, CRIL	Linha de Sintra	-
Lisboa-Loures/Vila Franca de Xira	CREL, A8, CRIL, A1, IC22, IC2	Linha da Azambuja	-
Lisboa-Margem Sul	Pontes 25 de Abril e Vasco da Gama, A2, IC20, IC21, IC32	Ponte 25 de Abril, Linha do Sul	Travessias Fluviais

Em síntese, existem 4 eixos relevantes do ponto de vista dos movimentos pendulares – Lisboa-Cascais, Lisboa-Sintra, Lisboa-Loures/Vila Franca de Xira e Lisboa-Margem Sul – suportados nos vários modos de transporte, mas com uma clara preponderância pelas infra-estruturas

rodoviárias. No contexto internacional, como vimos, relativamente à conexão em transportes internacionais e à mobilidade no centro da cidade, Lisboa encontra-se atrás de Barcelona, Bruxelas, Viena e Estocolmo. No entanto, em ‘Lisboa 2020’ pode ler-se a este respeito:

“A posição da Região de Lisboa como um importante pólo de geração de tráfego, o seu posicionamento geográfico, as condições naturais dos seus portos, o facto de estar dotada de um sistema portuário desenvolvido e da melhor rede de acessibilidades do país, são factores que favorecem o aproveitamento das dinâmicas dos recentes desenvolvimentos mundiais na área da logística.”

Actividade económica e integração da cadeia de valor

Em termos de actividade económica global, a AML responde por 37% do PIB de Portugal e concentra 28% da população, numa área correspondente a 3% do território continental. Do PIB regional de Lisboa, 86% (ou 31% do total nacional) estão circunscritos à região da Grande Lisboa. Esta sub-região NUT III aparece destacada no seu contributo para a riqueza nacional e revela o forte dinamismo económico da AML, assente em actividades económicas do sector secundário e, marcadamente, do sector terciário, como teremos oportunidade de descrever adiante.

Quadro 17 – Principais agregados da actividade económica

NUTS III	Taxa de Desemprego Total		PIB em % do Total Nacional		PIB <i>per capita</i>	
	2007 %	2002 %	2006 %	2000 %	2006 10 ³ €	2000 10 ³ €
Portugal	8,0	5,0	100	100	15	11
Lisboa	8,9	6,8	–	–	–	–
Grande Lisboa	–	–	31	32	24	19
Península de Setúbal	–	–	5	6	11	9

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Lisboa 2007 e base de dados.

Rendimento e produtividade

O PIB *per capita* na Grande Lisboa totalizava 24,3 mil euros, enquanto na Península de Setúbal o valor é de apenas 10,7 mil euros, i.e., menos de

metade. Em termos agregados, a AML apresenta um PIB *per capita* superior em 40% à média nacional (i.e., um índice de disparidade regional de 140). Entretanto, a realidade intra-regional é bem diversa e na Península de Setúbal este indicador está substancialmente abaixo da média nacional (i.e., o PIB *per capita* é de apenas 73% da média nacional), enquanto que na sub-região de Grande Lisboa o valor se eleva para 165%.

Em termos evolutivos, por comparação com o ano de 2000, registe-se a dinâmica de convergência nacional, da qual resultou uma diminuição do índice de disparidade nas regiões da Grande Lisboa e da Península de Setúbal. Em termos simplistas, a evolução indicia a perda relativa de rendimento por comparação com o resto do país.

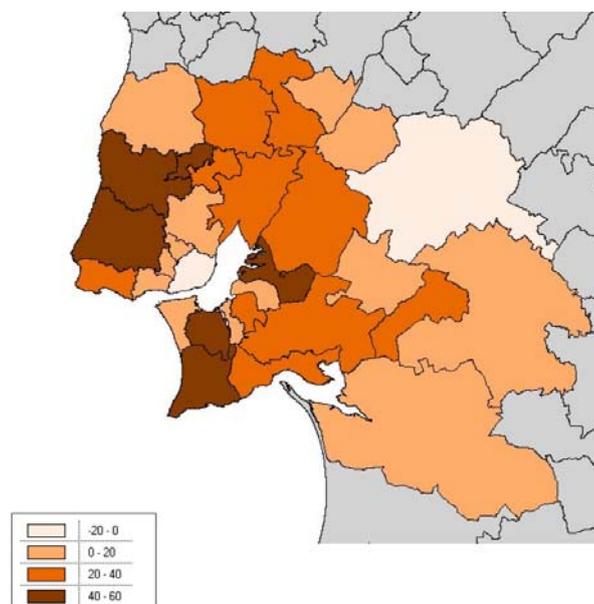
No tocante à produtividade e remuneração dos trabalhadores, a comparação entre as duas sub-regiões da AML permite sustentar o mesmo argumento a propósito do PIB *per capita*. Assim, a AML apresentava em 2006 uma produtividade média de 36 mil euros, com a Grande Lisboa a registar um valor ligeiramente superior (cerca de 37 mil euros), enquanto a Península de Setúbal apresenta um desvio negativo bastante significativo (inferior em 7 mil euros à média da AML). O aumento de produtividade é reflectido nas remunerações salariais, com os trabalhadores por conta de outrem a registar um ganho médio mensal superior à média nacional. Aliás, esta é uma evidência transversal a todos os sectores da actividade económica regional.

Emprego e desemprego

A taxa de desemprego apresenta-se superior à média nacional, motivada pela elevada taxa de desemprego no grupo etário '15-24' que se apresentava com uns expressivos 18,7%. Aliás, os valores do desemprego aparecem em linha com os resultados para o resto do país. Cerca de 47,7% do desemprego é de longa duração (versus 48,9% para o total nacional). Por comparação com 2002, não se registaram alterações significativas do posicionamento relativo da AML no total nacional, excepto no tocante ao desemprego de longa duração que se apresenta agora a níveis mais baixos.

Em linha com a realidade nacional, na AML a grande maioria da população empregada é trabalhador por conta de outrem. Entretanto, segundo os dados de 2007, a proporção destes trabalhadores ascende a 84% – superior ao total nacional de 76% – e distribui-se por empresas com mais de 250 trabalhadores, o que revela a maior dimensão das unidades do tecido empresarial regional.¹⁴ O sector terciário é o maior empregador, com 77% do total de empregados, no ano de 2006, comparando muito favoravelmente com a média nacional de 58%.

Ilustração 10 – População empregada na AML:
Taxas de crescimento entre 1991 e 2001 (%)



Fonte: INE e elaboração própria.

Em termos de evolução recente, o emprego registou assinaláveis progressos nos últimos anos nos concelhos mais ocidentais da AML. O emprego na cidade de Lisboa terá registado uma estagnação, se não mesmo um decréscimo, revelando que outras centralidades se estão a desenvolver,

¹⁴ Em Portugal, cerca de 50% dos empregados por conta de outrem estão em empresas com entre 10 e 250 trabalhadores. Na AML, essa percentagem reduz-se para 45%. Mas, enquanto na AML as empresas com mais de 250 trabalhadores (33%) empregam mais do que as empresas com menos de 10 trabalhadores (21%), o reverso se verifica no resto do país.

em resultado de políticas de ordenamento do território e da emergência de novas oportunidades de negócio. Em termos industriais, o desenvolvimento de clusters de actividade tem reforçado também as vantagens competitivas, num ciclo virtuoso de competitividade e desenvolvimento.

As taxas de crescimento da população empregada seguem a evolução das migrações ao nível dos residentes, destacando-se os Concelhos de Sintra e Mafra na Grande Lisboa e de Seixal, Sesimbra e Alcochete na Península de Setúbal.

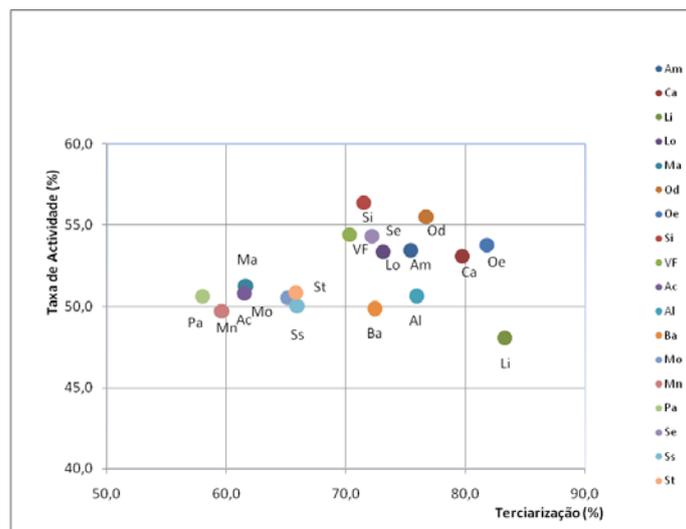
No que toca à proporção dos residentes empregados em serviços intensivos em conhecimento, a AML encontra-se confortavelmente acima da média nacional (51,0% versus 41,4%), com especial destaque para a Grande Lisboa, nos concelhos de Lisboa, Amadora e Loures. Já nas actividades de tecnologias da informação e comunicação, destaca-se a posição assumida por Oeiras e Palmela (cifrando 11,2% e 10,5%, respectivamente, face aos totais regional e nacional de 5,1% e 3,1%, respectivamente).

Diversidade económica e cadeia de valor

O tecido empresarial é em si mesmo um factor de competitividade regional. No concreto, é possível aferir o nível de atractividade da iniciativa privada em determinada região analisando a sua dinâmica e diversidade.

A actividade económica na Área Metropolitana de Lisboa é de cariz maioritariamente terciário, repartindo-se por empresas de prestação de serviços. Em 2006, este segmento representava aproximadamente 65% do volume de negócios gerado pelas sociedades com sede na região. Mais, o nível de actividade regional do sector corresponde a mais de metade da produção total nacional respectiva (55%). Este dinamismo reflecte-se na criação de emprego – responsável por 58% do total de emprego regional por conta de outrem – e nos níveis de remuneração – com um ganho médio mensal superior em 24% à média nacional do sector.

Ilustração 11 – Níveis de terciarização nos concelhos da AML, 2001



Fonte: INE e elaboração própria.

Ao nível da terciarização entre os Concelhos da AML, Setúbal, Almada e Barreiro aproximam-se da maioria do grupo de maior actividade terceária da Grande Lisboa, onde se destacam Oeiras e Cascais, acontecendo o inverso com Mafra, que se junta aos Concelhos de menor terciarização, da Península de Setúbal.

Quadro 18 – Diversidade do tecido empresarial:
Número de sociedades por CAE e dinamismo relativo

Concelho	CAE A-B ¹ nº	CAE C-F ¹ nº	CAE G-O ¹ nº	Δ CAE A-B ² %	Δ CAE C-F ² %	Δ CAE G-O ² %
Portugal	11 018	106 476	298 875	45	29	37
Lisboa (AML)	1 581	26 912	112 286	36	23	26
Grande Lisboa	1 069	20 402	94 240	48	25	27
Amadora	13	1 704	5 197	18	15	18
Cascais	102	1 750	8 599	65	33	38
Lisboa	566	6 098	47 453	34	8	18
Loures	69	1 949	5 899	44	26	30
Mafra	83	772	2 024	20	50	59
Odivelas	21	1 594	3 963	0	25	25
Oeiras	52	1 302	7 660	53	19	39
Sintra	103	4 154	10 332	36	32	34
Vila Franca de Xira	60	1 079	3 113	20	30	34
Península de Setúbal	512	6 510	18 046	38	30	34

Alcochete	34	128	344	13	45	84
Almada	25	1 386	4813	39	34	28
Barreiro	10	472	1 440	233	12	21
Moita	44	537	982	159	26	33
Montijo	133	439	1 149	49	22	48
Palmela	109	703	1 329	28	57	60
Seixal	17	1 439	3 425	0	27	33
Sesimbra	47	441	1 177	12	41	44
Setúbal	93	965	3 387	35	24	29

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Lisboa 2002 e 2006.

Notas: ⁽¹⁾ 2006 ⁽²⁾ Taxa de crescimento do número de sociedades no período compreendido entre 2006-2001.

Em termos de inovação e empreendedorismo, o crescimento do número de sociedades em todos os sectores é uma evidência incontornável, de que resultam elevadas taxas de crescimento do volume de negócios. O crescimento é mais expressivo no sector de serviços, já que em termos médios a região apresenta um dinamismo empresarial inferior ao resto do país.

Do ponto de vista intra-regional – ao nível das NUTS III e ao nível concelhio – as diferenças no tecido empresarial são marcantes. Preponderam grandes empresas na região da Grande Lisboa, enquanto a Península de Setúbal apresenta uma distribuição mais equilibrada de estabelecimentos, segundo a dimensão. Os estabelecimentos com menos de 10 empregados são responsáveis por uma fatia substancial do emprego nos concelhos mais a poente, quer na Grande Lisboa, quer na Península de Setúbal. Já no que respeita à importância das empresas com mais de 250 trabalhadores, são os concelhos mais interiores que recolhem maior expressão. Na Península de Setúbal destaca-se, por razões ligadas ao cluster do sector automóvel, o concelho de Palmela. Naturalmente, a dimensão das empresas aparece associada à forma de constituição de sociedades.

Ao nível sub-regional de NUTS III, quando medidos pelo número de trabalhadores por conta de outrem, os sectores primário e secundário preponderam no tecido empresarial da Península de Setúbal, por comparação com a Grande Lisboa, onde se assiste à concentração das actividades do sector terciário – tendência aliás confirmada em estudos anteriores, que têm

servido de base à definição dos programas de desenvolvimento regional e à capitalização dos activos competitivos regionais.

Na Grande Lisboa, apenas os concelhos de Oeiras, Lisboa e Cascais apresentam um peso do sector secundário inferior a 30%, sendo que em todos eles estão abaixo de 50%. O sector terciário é preponderante, mas destaca-se Lisboa pela positiva com um indicador muito próximo dos 90%. Na Península de Setúbal, Palmela, Moita e Seixal concentram peso do sector secundário. Em Palmela, a expressão do sector secundário é superior à do sector terciário, facto único em toda a área metropolitana.

Nos anos mais recentes é de assinalar o maior dinamismo económico dos concelhos da Margem Sul, com taxas de criação de empresas mais elevadas que na Grande Lisboa, com destaque para as empresas do sector de serviços (CAE G a O).

**Quadro 19 – Diversidade do tecido empresarial:
TOP 5 por concelho (número de sociedades)**

Concelho	1		2		3		4		5	
	CAE	$\Delta\%$ ¹	CAE	$\Delta\%$ ¹	CAE	$\Delta\%$ ¹	CAE	$\Delta\%$ ¹	CAE	$\Delta\%$ ¹
Portugal	G	23	K	64	F	47	D	14	H	27
Lisboa (AML)	G	10	K	50	F	34	M a O	49	H	16
Grande Lisboa	G	10	K	50	F	36	M a O	50	H	15
Amadora	G	1	K	52	F	25	H	3	M a O	40
Cascais	G	18	K	61	M a O	60	F	38	H	24
Lisboa	K	41	G	0	M a O	41	H	8	F	15
Loures	G	15	K	66	F	47	I	42	D	2
Maфра	G	45	F	61	K	116	D	37	I	18
Odivelas	G	6	F	36	K	64	H	17	D	7
Oeiras	K	65	G	18	M a O	58	F	23	H	23
Sintra	G	23	K	47	F	49	D	12	H	23
Vila Franca de	G	17	K	62	F	47	I	46	H	23
Península de	G	19	K	58	F	41	H	26	M a O	53
Alcochete	G	65	K	144	F	76	H	59	D	26
Almada	G	15	K	54	F	49	H	14	M a O	46
Barreiro	G	7	K	53	F	18	M a O	37	H	17
Moita	G	26	F	38	K	53	D	5	M a O	27
Montijo	G	22	K	76	F	46	D	-1	H	80
Palmela	G	38	F	70	K	82	D	37	M a O	132

Seixal	G	19	F	34	K	53	M a O	44	D	14
Sesimbra	G	27	F	50	K	80	H	27	M a O	89
Setúbal	G	13	K	48	F	35	M a O	51	H	38

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2007.

Notas: **A + B** - Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca; **C** - Indústrias extractivas; **D** - Indústrias transformadoras; **E** - Produção e distribuição de electricidade, de gás, de vapor e água quente; **F** - Construção; **G** - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico; **H** - Alojamento e restauração; **I** - Transportes, armazenagem e comunicações; **J** - Actividades financeiras; **K** - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; **M a O** - Educação, saúde, acção social e outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais.

⁽¹⁾ 2006-2001.

As dinâmicas são todavia bastante distintas em cada um dos subsectores. Quando medida em termos de número de sociedades, o comércio por grosso e retalho domina cada um dos concelhos da AML, excepto em Lisboa e Oeiras, onde as actividades mobiliárias, alugueres e serviços de apoio às empresas se destacam. De facto, têm crescido significativamente nos últimos 5 anos. Todavia, é na Península de Lisboa que actividades desta natureza são mais expressivas e apresentam crescimento mais significativo. Ainda assim, são Alcochete e Mafra – concelhos comparativamente com crescimentos elevados da população residente e ainda populacionalmente pouco densos – que apresentam crescimentos mais significativos nas actividades imobiliárias.

É característico dos concelhos de Mafra, Loures e Vila Franca de Xira a presença de sociedades ligadas ao transporte, armazenagem e comunicações. Aspecto que se afigura relativamente contingente dada como certa a localização do novo aeroporto. Ainda no sector dos serviços, é igualmente registável a enorme discrepância no que a actividades financeiras respeita. 90% das sociedades têm sede na grande Lisboa, das quais 68% estão sediadas no concelho de Lisboa, enquanto se apresentam em distante segunda linha Cascais, Oeiras e Sintra (totalizando 18% do total nacional).

Se a actividade económica no norte da Grande Lisboa é caracteristicamente logístico e o sul aparenta especializado em serviços de apoio á actividade económica, o oeste da Grande Lisboa, assim como os concelhos da Moita, Montijo e Palmela têm na indústria transformadora uma actividade recorrente. Ainda assim, os concelhos de Mafra e Palmela distiguem-se dos restantes pela elevada crescimento da actividade económica

transformadora (37% entre 2001 e 2006). Todavia, são ainda os concelhos de Lisboa, Sintra e Loures que sediam 50% das sociedades com actividades desta natureza, sendo que destes, somente Sintra tem testemunhado um crescimento significativo. Regista-se então uma deslocação da indústria transformadora para os concelhos limítrofes da Grande Lisboa (assinalável também os concelhos de Cascais e Oeiras com crescimentos significativos) assim como para a Península de Setúbal (que registou um crescimento de dois dígitos nos 5 anos em análise).

**Quadro 20 – Diversidade da indústria transformadora:
TOP 5 por concelho (número de sociedades)**

Concelho	1		2		3		4		5	
	CAE	$\Delta\%^1$								
Portugal	DB	212	DJ	298	DN	260	DA	146	DD	249
Lisboa (AML)	DJ	201	DE	70	DB	275	DN	231	DA	126
Grande Lisboa	DJ	178	DE	60	DN	220	DB	235	DA	106
Amadora	DE	54	DB	238	DJ	138	DN	216	DA	85
Cascais	DJ	189	DN	327	DA	192	DE	131	DB	303
Lisboa	DE	35	DN	149	DB	127	DJ	81	DA	64
Loures	DJ	142	DN	224	DE	113	DB	366	DK	63
Mafra	DA	165	DJ	437	DI	391	DN	330	DB	510
Odivelas	DJ	174	DN	219	DB	324	DE	56	DA	96
Oeiras	DE	65	DN	281	DJ	218	DB	223	DA	97
Sintra	DJ	239	DI	111	DE	93	DN	269	DB	389
Vila Franca de	DJ	292	DB	524	DK	135	DA	139	DN	421
Península de	DJ	265	DB	444	DA	185	DE	150	DN	293
Alcochete	DJ	170	DA	83	DD	150	DK	200	DE	450
Almada	DJ	290	DB	370	DE	126	DN	206	DA	263
Barreiro	DJ	247	DB	1057	DE	267	DA	128	DN	122
Moita	DJ	248	DB	385	DA	115	DD	161	DN	425
Montijo	DJ	257	DD	41	DA	163	DB	933	DN	329
Palmela	DJ	286	DA	154	DD	270	DM	136	DN	210
Seixal	DJ	239	DB	453	DA	205	DE	226	DN	374
Sesimbra	DJ	408	DA	336	DI	338	DN	343	DE	178
Setúbal	DJ	276	DA	229	DN	517	DB	464	DE	58

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2007 e Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo 2001.

Notas: **DA** - Indústrias Alimentares, das bebidas e do tabaco; **DB** - Indústria têxtil; **DC** - Indústria do couro e dos produtos do couro; **DD** - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras; **DE** - Indústrias da pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão; **DF + DG** - Fabricação de coque, produtos petrolíferos

refinados, combustível nuclear, produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais; **DH** - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas; **DI** - Fabricação de outros produtos minerais não metálicos; **DJ** - Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos; **DK** - Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.; **DL** - Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica; **DM** - Fabricação de material de transporte; **DN** - Indústrias transformadoras, n.e..

⁽¹⁾ 2006-2001.

No que respeita à indústria transformadora é notória a preponderância das indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos – em 2006, 21% destas sociedades estavam sediadas na AML e configuravam em primeiro lugar tanto na Grande Lisboa como em todos os concelhos da Península de Setúbal. É assinalável ainda que na Grande Lisboa, são os concelhos de Lisboa e Sintra que lideram o seu sedimento, sendo que Lisboa tem perdido para Sintra importância relativa neste domínio.

É igualmente assinalável a presença do sector têxtil nos concelhos ribeirinhos da Península de Setúbal, destacando-se o Barreiro e o Montijo com crescimento a rondar os 1 000%. Este sector apresenta crescimento significativo em toda a AML, embora com maior expressão na Península de Setúbal. Ainda assim, é ainda na Grande Lisboa que estão sediadas a grande parte das sociedades (Lisboa e Sintra com 36%, conjuntamente).

O sector automóvel é mais dinâmico e está presente maioritariamente na Península de Setúbal, em especial nos concelhos de Almada, Palmela, Seixal e Setúbal. Semelhante dinâmica têm vindo a ter os concelhos de Mafra e Cascais, muito embora materializando ainda pouca significância. O concelho de Lisboa, por outro lado, tem-se mantido relativamente estático mas configura ainda o concelho de toda a AML a sediar sociedades desta categoria.

É ainda interessante o facto de as indústrias ligadas à fabricação de máquinas e componentes acompanharem a evolução do total do sector industrial transformador. Isto é, se 75% da indústria destas estão sediada na Grande Lisboa, 76% daquelas também, sendo que do ponto de vista dinâmico, regista-se um deslocamento para a Península de Setúbal, com variações que dobram em qualquer dos casos o registado na Grande Lisboa.

Quadro 21 – Diversidade do tecido empresarial:
Pessoal ao serviço por CAE e dinamismo relativo

Concelho	CAE A-B ¹ nº	CAE C-F ¹ nº	CAE G-O ¹ nº	Δ CAE A-B ² %	Δ CAE C-F ² %	Δ CAE G-O ² %
Portugal	45 421	1 178 226	1 675 382	15	6	29
Lisboa (AML)	7 009	255 257	825 977	3	-3	22
Grande Lisboa	4 502	197 056	746 569	3	-2	22
Amadora	60	15 761	32 043	-	-4	55
Cascais	347	11 900	34 884	98	14	21
Lisboa	2 592	65 164	471 930	-17	-21	10
Loures	149	16 371	34 882	-14	4	43
Mafra	308	5 969	11 036	57	37	98
Odivelas	110	9 302	12 499	-	24	1
Oeiras	258	21 697	79 555	22	3	51
Sintra	430	37 899	53 116	60	2	59
Vila Franca de Xira	248	12 885	16 624	-9	18	53
Península de Setúbal	2 507	58 201	79 408	12	3	42
Alcochete	239	1 236	1 975	-7	18	257
Almada	53	8 042	21 261	104	33	23
Barreiro	10	3 416	7 148	-47	-5	35
Moita	153	3 512	3 386	39	31	44
Montijo	723	3 806	4 852	35	-7	66
Palmela	378	13 885	7 560	-31	-15	54
Seixal	50	10 628	11 680	-2	-2	39
Sesimbra	344	3 240	2 979	-8	39	22
Setúbal	557	10 350	18 541	78	7	56

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Lisboa 2002 e 2006.

Notas: ⁽¹⁾ 2006 ⁽²⁾ Taxa de crescimento do número de sociedades no período compreendido entre 2006-2001.

No que respeita a remunerações, na AML, em 2006, o sector terciário apresenta médias superiores às do sector secundário. Ao nível intra-regional, a mesma comparação pode ser observada na Grande Lisboa, mas a relação inverte-se para a Península de Setúbal, onde o sector terciário remunera em menos 20% os seus trabalhadores, por comparação com as actividades dos sectores industriais.

Quadro 22 – Diversidade do tecido empresarial: Ganho médio mensal por trabalhador

	Total	CAE	CAE	CAE
--	-------	-----	-----	-----

Concelho	10 ³ €	A-B 10 ³ €	C-F 10 ³ €	G-O 10 ³ €
Portugal	934	654	854	990
Lisboa (AML)	1 208	735	1 160	1 226
Grande Lisboa	1 264	765	1 200	1 283
Amadora	1 145	682	1 222	1 108
Cascais	1 028	584	1 105	1 008
Lisboa	1 394	967	1 344	1 401
Loures	1 019	539	1 076	993
Mafra	751	637	782	740
Odivelas	792	879	788	793
Oeiras	1 586	819	1 540	1 600
Sintra	1 022	773	1 095	976
Vila Franca de Xira	1 027	716	1 252	899
Península de Setúbal	927	706	1 037	877
Alcochete	1 218	613	950	1 400
Almada	908	562	979	889
Barreiro	904	-	1 115	824
Moita	766	678	766	770
Montijo	838	608	879	847
Palmela	1 083	633	1 225	943
Seixal	862	648	931	814
Sesimbra	801	786	893	746
Setúbal	961	1 014	1 156	888

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Lisboa 2006.

Financiamento do investimento

Finalmente, no que se refere à caracterização empresarial da AML, convém registar, no que toca à importância do investimento estrangeiro, o grande relevo do financiamento empresarial externo em Palmela. Neste concelho, as empresas controladas por capitais estrangeiros respondem por 38% do emprego total, o que contrasta com 7% na Península de Setúbal e 13% na Grande Lisboa. Para a AML como um todo, este indicador ascende a 12%.

No que toca à forma de constituição das sociedades, a proporção de emprego em sociedades anónimas na AML é superior ao total nacional (39,6% face a 30,7%). Esta característica decorre do tecido empresarial da Grande Lisboa – concretamente dos concelhos de Lisboa e Oeiras – já que a Península

de Setúbal apresenta valores mais modestos – apesar da posição de Setúbal e Palmela com percentagens marginalmente superiores a 30%.

Governança

Por último, entende-se que a competitividade regional é igualmente marcada por factores de governação, termo que inclui as dinâmicas de “governo”, no seu sentido mais tradicional, e de “governança”, entendida esta como uma prática de maior abertura para a participação dos agentes sociais e económicos na definição das políticas públicas.

Abordando-se a perspectiva da economia regional e urbana, no âmbito de um Plano que visa o ordenamento do território da AML, é importante focar os seguintes elementos de governação: (i) competências e quadro jurídico, (ii) liderança, (iii) participação e capital social e (iv) estratégia territorial.

Competências e quadro jurídico

É comum afirmar-se que a governação, especialmente em casos de territórios metropolitanos, poderá melhorar pelo exercício de competências alargadas, através de uma entidade administrativa com essa mesma dimensão espacial. De facto, a vantagem das grandes regiões urbanas, em termos de economia de escala e concentração de actividades, não tem tido correspondência com um nível de governo adequado, que ultrapasse os limites territoriais do poder local. Em concreto em Lisboa, ainda que se tenha criado a Associação Metropolitana em 1991, o papel relevante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, enquanto serviço desconcentrado da Administração Central, com competências em ordenamento do território e gestão dos fundos comunitários, entre outras, os três níveis da Lei de Bases de 1998 e a rejeição da proposta de regionalização administrativa, no mesmo ano, formam um cenário que não proporcionou as melhores condições para o desenvolvimento de um governo de dimensão metropolitana.

Nesse sentido, percebem-se actualmente duas tendências: por um lado consolida-se uma visão supra-municipal, sobretudo através desta alteração ao PROT-AML, que mantém a sede na Administração Central desconcentrada;

Por outro lado, sabe-se igualmente, como afirmou o Secretário de Estado da Administração Local, que as áreas metropolitanas não são regiões em ponto pequeno e a eleição directa para uma autarquia supra-municipal retiraria força à implementação de uma futura regionalização administrativa, que terá talvez precisamente como base territorial a delimitação das 5 CCDR's. Com efeito, a questão é significativa na NUT II Região de Lisboa, porque esse Presidente da autarquia metropolitana seria a terceira liderança política no país, considerando a legitimidade democrática então obtida, dada pelo número de habitantes dos 18 Concelhos da AML.

Num sistema legislativo complexo e por vezes contraditório, subsistem assim os conhecidos problemas de coordenação, tanto a nível sectorial como vertical. A experiência demonstra, no entanto, que os processos de decisão que têm um alcance metropolitano não se resolvem de uma forma mais célere e eficaz através de alterações ao quadro jurídico, pelo que é talvez preferível reforçar as lideranças em curso, apostando, como até aqui, na concertação de interesses entre as entidades públicas e a sociedade civil, tal como aconselha a própria definição de governança.

Liderança

A criação de uma liderança política, com legitimidade democrática, ainda que de poder limitado e de competências partilhadas (como acontece por exemplo na relação entre o governo central inglês e a *Greater London Authority*, cujo Presidente é eleito directamente, tal como a Assembleia Metropolitana que o controla, à sua política e ao seu orçamento), seria pois uma boa notícia para a governação e o ordenamento territorial da região de Lisboa. Essa necessidade tem sido inclusive reclamada pelos Presidentes das Câmaras Municipais e da Junta Metropolitana da AML. De facto, os cidadãos, que desenvolvem as suas actividades quotidianas um pouco por todo o território metropolitano, deveriam de poder eleger também um governo para funções supra-municipais, porque essa é a escala geográfica que marca a sua qualidade de vida, para além do lugar onde têm residência oficial.

Mas enquanto não se concretiza a regionalização administrativa, para a qual devemos contudo recusar modelos importados de outros países, até pela nossa dimensão à escala europeia, podemos dar alguns passos com base no sistema existente. Para tal, uma questão crítica é o actual modelo de selecção do Presidente da Junta Metropolitana, quando o mais natural seria que, como de resto acontece na entidade metropolitana de Barcelona, fosse o Presidente da capital a ter para si a responsabilidade de dar rosto político a uma liderança de âmbito supra-municipal, independentemente da sua cor política, em relação com a maioria das Câmaras.

Por seu lado, a visibilidade técnica com que a CCDR-LVT é reconhecida, o seu conhecimento das questões centrais para o desenvolvimento da AML, a par da sua experiência na concertação de estratégias territoriais e parcerias entre diferentes actores públicos e privados, faz com que esta entidade seja um activo regional sempre presente, que pode ser ainda potenciado na promoção de mais liderança à escala metropolitana.

Participação e Capital Social

A formação de capital social para a governação e o ordenamento do território pressupõe que as empresas estejam dispostas a participar, tomando iniciativas e influenciando assim as decisões das entidades governamentais. Isto deve-se em parte a exigências de competitividade, porque para muitas economias não é já suficiente a envolvente local, mas a qualidade urbana de todo o território, considerando portanto, para além da relevância do investimento em mobilidade e novas infra-estruturas, também a melhoria do ambiente urbano e da coesão social.

Contudo, reconhece-se que a capacidade de participação da sociedade civil e dos agentes económicos é quase inexistente em Portugal, sobretudo na preparação dos processos de ordenamento, pelo que, em consequência, essa dificuldade em antecipar os problemas, nas decisões de planeamento, constitui talvez a maior debilidade do sistema de gestão territorial. Na fase de conclusão do PROT-AML, entre 1999 e 2002, a CCDR-LVT fez esse esforço por fomentar a participação de um grande número de actores da sociedade civil, a partir de

uma proposta já anteriormente muito debatida do ponto de vista técnico, ainda que segundo outro enquadramento normativo.

Após a aprovação do Plano, a CCDR-LVT promoveu então o projecto de Gestão Estratégica da Região, caracterizado por uma metodologia contínua de informação, visão e monitorização, com dois objectivos principais: (i) conhecer a evolução de metas quantificadas e alguns indicadores, com base nas 5 sub-regiões e em 3 domínios de intervenção, Território, Pessoas e Organizações e (ii) formular propostas de medidas correctoras e de reforço das “boas práticas” face aos resultados obtidos, em ligação com o anterior Plano Operacional, no Quadro Comunitário de Apoio 2000 a 2006. Este projecto deu origem à nova Estratégia Regional para o horizonte 2020, pensada agora em articulação com a programação do QREN (para fundos comunitários até 2013), e permitiu criar mais capital social de dimensão regional, sobretudo com a participação activa de diferentes actores institucionais e privados.

Este factor de governação tem sido pois de algum modo estimulado e há boas condições para que assim continue, em especial por duas razões: por um lado, alguns municípios da AML têm promovido as suas Agendas Locais 21 e lançado as bases para orçamentos participativos, na esteira das boas práticas internacionais; por outro lado, a alteração em curso ao PROT-AML utiliza uma plataforma colaborativa na internet, para comunicação e actualização constante dos conteúdos técnicos produzidos, e experimenta agora um novo instrumento de prospectiva, também aberto à participação de todos os elementos da equipa e da Comissão Consultiva, reconhecendo que é essencial a formação de uma “inteligência colectiva” sobre o território, com maior capacidade para prever e concretizar as propostas de desenvolvimento.

Estratégia Territorial

A Estratégia Regional: Lisboa 2020, publicada então pela CCDR em 2007, com o slogan “*Uma Estratégia de Lisboa para a Região de Lisboa*”, por referência às orientações da Comissão Europeia na conhecida “Agenda de Lisboa”, que prioriza os domínios de ciência, tecnologia e inovação, ambiente e qualificação de recursos humanos, definiu quatro eixos principais de intervenção: dinâmicas

territoriais e sociais, competitividade e governabilidade, a promover através de uma série de projectos estruturantes, que contemplam em especial as áreas da mobilidade, do ambiente e da inovação, que devem pois merecer um lugar de destaque nas acções a desenvolver para os próximos anos.

Em paralelo com as acções de planeamento e gestão à escala regional, os municípios da AML foram desenvolvendo as suas estratégias locais, através da revisão dos seus Planos Directores e da elaboração de uma série de outros estudos de cariz sectorial e operacional, como Planos Municipais de Ambiente, de Mobilidade ou de Desenvolvimento Económico, Cartas de Equipamentos e Relatórios de Estado do Ordenamento do Território, que constituem pois uma base de conhecimento de grande valor para a alteração da estratégia territorial metropolitana, fundamentada ainda pela decisão de importantes investimentos nacionais, em especial em infra-estruturas de transporte, como o NAL, a ponte Chelas-Barreiro e a Alta Velocidade.

A estratégia do PROT deverá nesse sentido incorporar as preocupações municipais, dos cidadãos e dos investidores, para responder aos desafios que se colocam e conseguir o desenvolvimento da região de Lisboa. Precisa-se assim de um Plano integrado, de síntese e coerente (seguindo a terminologia francesa), para implementar em diferentes tempos e cenários, que será tanto mais governável quanto maior for a inclusão e o equilíbrio dos objectivos das agendas sectoriais e locais, que outras autoridades públicas têm previsto para o mesmo território.

ANÁLISE SWOT

A análise económica e estratégica de uma região não pode terminar sem uma síntese de resultados. A análise SWOT, acrescida de um quinto vector de tendências, é um importante instrumento de discussão de resultados.

Na análise SWOT tradicional, os termos “Forças” (*strengths*) e “Fraquezas” (*weaknesses*) referem-se a atributos que medem as capacidades internas, enquanto as “Oportunidades” (*opportunities*) e as “Ameaças” (*threats*) são originárias em ambientes externos do objecto de avaliação. Os atributos internos são, sob determinadas circunstâncias, controláveis pelos promotores dos projectos, na medida em que as forças são propostas de acção estratégica e as fraquezas se traduzem em situações a reduzir ou, na melhor das hipóteses, eliminar. Os atributos externos estão fortemente fora do controlo dos decisores públicos, pelo que as propostas de avaliação assentam, frequentemente, nas tentativas de se apropriarem das oportunidades, fugindo aos condicionalismos negativos impostos pelas ameaças.

A análise SWOT que se apresenta nesta secção é um exercício ainda preliminar, que sintetiza os aspectos mais marcantes do diagnóstico realizado à data e apontam para uma estratégia de desenvolvimento regional, tendo em vista o reforço da competitividade.

No exercício realizado, as tendências não são tratadas separadamente, mas antes enquadradas no contexto da análise das forças e das debilidades, por um lado, e das ameaças e das oportunidades, pelo outro. Assim, seguindo as boas práticas, as debilidades e os pontos fortes reflectem as tendências numa perspectiva interna da economia da região, enquanto as ameaças e oportunidades reflectem a interpretação das tendências em curso nos factores que, embora externos à economia regional, condicionam em grande medida a sua evolução.

A aplicação da abordagem conduz a uma matriz em que as tendências se sobrepõem às dimensões da análise SWOT tradicional, conforme se descreve no quadro seguinte.

Quadro 23 – Matriz de análise SWOT

		Tendências Externas	
		Oportunidades	Ameaças
Tendências Internas	Pontos Fortes	Reforçar / Potenciar	
	Debilidades		Vulnerabilidades

Do cruzamento dos quatro elementos de análise resultam quatro quadrantes de resultados possíveis. Destes, tomamos apenas os quadrantes Noroeste e Sudeste, por serem aqueles que encerram resultados mais interessantes do ponto de vista da análise. A intersecção dos pontos fortes com as oportunidades permite identificar os aspectos a reforçar e potenciar, na medida em que contribuem para o reforço da competitividade e, assim, concorrem para a coesão sócio-económica regional. No outro extremo, reunindo a relação entre as debilidades e as ameaças, existe um espaço de risco potencial que importa gerir de forma estratégica por forma a não penalizar as oportunidades de desenvolvimento.

As dimensões consideradas na análise – ou vectores directores, em torno dos quais se identificam os eixos de desenvolvimento estratégico – partem da mesma classificação dos activos para a competitividade discutidos na secção precedente. Neste sentido, as debilidades e os pontos fortes, as oportunidades e as ameaças são separados pelas 6 dimensões de análise: (1) inovação; (2) capital humano; (3) qualidade de vida; (4) conectividade; (5) actividade económica e integração da cadeia de valor; e (6) governação.

Tendências Internas

Pontos Fortes

Inovação	<ul style="list-style-type: none"> – Incremento das despesas em I&D, em % do PIB – Desenvolvimento dos parques de ciência e tecnologia
Capital Humano	<ul style="list-style-type: none"> – Reflexos positivos da crescente imigração multi-cultural – Especialização da formação universitária e tecnológica
Qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> – Grande oferta cultural e de espaços de consumo e lazer – Intensidade e diversidade das experiências pessoais
Conectividade	<ul style="list-style-type: none"> – Projectos de novas infra-estruturas logísticas e de transporte – Conclusão da rede de circulares urbano-metropolitanas
Integração da cadeia de valor	<ul style="list-style-type: none"> – Internacionalização regional e peso do investimento estrangeiro – Aprofundamento da articulação das redes de transferência de conhecimento e tecnologia
Governação	<ul style="list-style-type: none"> – Ciclo continuado de planeamento e gestão estratégica da região sob coordenação técnica da CCDR-LVT – Melhoria contínua na gestão empresarial e na responsabilização das entidades públicas e privadas

Debilidades

Inovação	<ul style="list-style-type: none"> – Défice de empreendedorismo e capital de risco – Escassa % de empresas com financiamento para inovação
Capital Humano	<ul style="list-style-type: none"> – Carências no sistema de ensino básico e secundário – Insuficiência de produção científica no ensino universitário
Qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> – Distanciamento entre locais de residência e trabalho – Degradação do ambiente urbano em bairros críticos
Conectividade	<ul style="list-style-type: none"> – Pouca articulação entre os diferentes modos de transporte público – Excessivo recurso ao transporte individual, com insatisfação na mobilidade para e dentro da área central de Lisboa
Integração da cadeia de valor	<ul style="list-style-type: none"> – Insuficiente capacidade de gestão de risco do negócio – Insuficiente flexibilidade do mercado de trabalho
Governação	<ul style="list-style-type: none"> – Déficit de liderança e visão política à escala metropolitana – Escassa participação dos agentes sociais e económicos

Tendências Externas

Oportunidades

Inovação	<ul style="list-style-type: none"> – Integração crescente nas redes internacionais de Ciência e Tecnologia – Emergência de indústrias criativas com elevado valor acrescentado
Capital Humano	<ul style="list-style-type: none"> – Aposta na formação contínua e em cursos técnico-profissionais – Incentivos e fomento da empregabilidade de recursos humanos qualificados
Qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> – Políticas de requalificação do tecido urbano existente – Desenvolvimento da sociedade do conhecimento
Conectividade	<ul style="list-style-type: none"> – Reformas nos sectores de logística e transporte de mercadorias, construindo uma plataforma atlântica – Ênfase na eficiência energética e sustentabilidade ambiental
Integração da cadeia de valor	<ul style="list-style-type: none"> – Políticas de desenvolvimento e aprofundamento da integração da cadeia de valor – Desenvolvimento do sector de Turismo e serviços associados
Governança	<ul style="list-style-type: none"> – Maior atenção dos empresários para as questões de ordenamento – Coordenação dos instrumentos financeiros e de política territorial

Ameaças

Inovação	<ul style="list-style-type: none"> – Insuficiência conjuntural de fundos para financiar I&D
Capital Humano	<ul style="list-style-type: none"> – Escoamento da mão de obra qualificada para o exterior – Riscos na reorganização da rede escolar do ensino básico e secundário
Qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> – Precariedade do emprego e ameaça de desemprego – Desenvolvimento de fenómenos de marginalidade e insegurança
Conectividade	<ul style="list-style-type: none"> – Instabilidade dos preços dos combustíveis – Insuficiência de fundos para realizar investimentos em infra-estruturas de mobilidade.
Integração da cadeia de valor	<ul style="list-style-type: none"> – Riscos de deslocalização de empresas de capital estrangeiro – Estagnação da economia mundial e dos mercados de exportação
Governança	<ul style="list-style-type: none"> – Prevalência de políticas sectoriais centralizadas – Conjuntura desfavorável ao investimento privado

Síntese final

Para fechar a análise SWOT, procedemos a uma leitura cruzada das debilidades e ameaças, identificando as vulnerabilidades e riscos regionais que se devem procurar ultrapassar através de políticas de intervenção estratégica, bem como idêntico exercício sobre os pontos fortes e as oportunidades, na expectativa de identificar os aspectos mais competitivos da região, que se devem procurar reforçar e potenciar, no modelo de desenvolvimento económico e nas opções estratégicas de base territorial.

Vulnerabilidades

Inovação	– Investimento insuficiente nos sectores de alta tecnologia
Capital Humano	– Insuficiente articulação e responsabilização da rede de ensino
Qualidade de vida	– Conflitos e marginalidade, em resultado da conjuntura desfavorável, com degradação de certas centralidades
Conectividade	– Transporte público, por falta de planeamento integrado e desarticulação dos modos de transporte
Integração da cadeia de valor	– Sector industrial fortemente dependente do exterior (exportações e financiamento)
Governança	– Abandono dos objectivos e planos estratégicos por conjuntura desfavorável

Potencialidades

Inovação	– Aproximação da indústria aos centros de I&D e estímulo à internacionalização das indústrias criativas
Capital Humano	– Valorização da autonomia universitária e fomento da I&D de raiz universitária
Qualidade de vida	– Promoção de identidades locais, urbanas e metropolitanas – Investimento na mistura de actividades e em espaço público
Conectividade	– Articulação entre os projectos de grandes infra-estruturas
Integração da cadeia de valor	– Projectos de cooperação e de desenvolvimento de redes de transferência de conhecimento entre privados entre si e com as instituições de I&D
Governança	– Valorização das iniciativas dos agentes económicos

REFERÊNCIAS

- CCDR-LVT (2007). "Lisboa 2020: uma estratégia de Lisboa para a região de Lisboa."
- Cheshire, P., Magrini, S., Medda, F. and Monastiriotis, V. (2004). "Cities are not Isolated States." in Boddy, M. and Parkinson, M. (ed), *City Matters: Competitiveness, Cohesion and Urban Governance*, Policy Press, Bristol.
- DATAR (2003). "Les Villes européennes, analyse comparative".
- Deas, I. and Giordano, B. (2002). "Locating the Competitive City In England." in Begg, I. (ed), *Urban Competitiveness: Policies for Dynamic Cities*, Policy Press, Bristol.
- DG Research, European Commission (2003). "Third European Report on Science and Technology Indicators: Towards a Knowledge-Based Economy", Brussels.
- DG Research, European Commission (2001). "Towards European Research Area – Key Figures 2001: indicators for benchmarking of national research policies", Brussels.
- Krugman, Paul (1994). "Competitiveness: A Dangerous Obsession." *Foreign Affairs*, 73(2), pp. 28-44.
- Lever, W (2002). "The Knowledge Base and the Competitive City." in Begg, I. (ed), *Urban Competitiveness: Policies for Dynamic Cities*, Policy Press, Bristol.
- Mercer, 2008. "Quality of Living Survey", London.
- Porter, Michael E. (2002). "Competitiveness and Role of Regions, Institute for Strategy and Competitiveness", Harvard Business School/ The Center for Houston's Future, November 22.
- Porter, Michael E. (1990). "The Competitive Advantage of Nations", The Free Press, New York.
- Roberts, Brian and Stimson, Robert J. (1998). "Multi-Sectoral Qualitative Analysis: A Tool for Assessing the Competitiveness of Regions and Formulating Strategies for Economic Development." *Annals of Regional Science*, 32(4), pp. 469-494.
- The Economist Intelligence Unit (2005). "The World in 2005", London.